



FACULDADE DE ANICUNS
Mantida pela Fundação Educacional de Anicuns – Goiás
Criada em 1985. Credenciada pelo Decreto Governamental 7.154/2010



FACULDADE DE ANICUNS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2024-2028

ANICUNS

2024



FACULDADE DE ANICUNS
Mantida pela Fundação Educacional de Anicuns – Goiás
Criada em 1985. Credenciada pelo Decreto Governamental 7.154/2010



FACULDADE DE ANICUNS

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2024-2028

Este documento foi elaborado de acordo com os eixos temáticos essenciais, em atendimento às disposições contidas nas Orientações do Ministério da Educação e na Resolução do CEE no Pleno de nº 03 de 29 de abril de 2016, para o período de vigência 2024-2028.

ANICUNS

2024



FACULDADE DE ANICUNS
Mantida pela Fundação Educacional de Anicuns – Goiás
Criada em 1985. Credenciada pelo Decreto Governamental 7.154/2010



GOVERNO DE GOIÁS

Ronaldo Ramos Caiado

Governador

GOVERNO MUNICIPAL

Paulo César José do nascimento

Prefeito

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ANICUNS

Diogenes Ferreira de Castro Rodrigues

Presidente da FEA

FACULDADE DE ANICUNS

Cristiano Soares Pinto

Diretor da FA

Fabício Wantoil de Lima

Vice-Diretor da FA

Elaboração

Cristiano Soares Pinto

e

Equipe Gestora

Colaboradora

Edna Maia



QUADROS

Quadro 1 - Indicadores institucionais	13
Quadro 2 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> oferecidos na Instituição, 2018-2024.....	13
Quadro 4 - Cronograma de implantação das ações da Política de Ensino.....	58
Quadro 5 - Cronograma de implantação das ações da Política de Pesquisa.....	59
Quadro 6 - Cronograma de implantação das ações da Política de Extensão.....	59
Quadro 7 - Cronograma de implantação das ações da Política de Pós-Graduação.....	60
Quadro 8 - Cronograma de implantação das ações da Política de Responsabilidade Social.....	60
Quadro 9 - Cronograma de implantação das ações da Política de Inclusão Social.....	61
Quadro 10 - Cronograma de implantação das ações da Política de Gestão Acadêmica.....	61
Quadro 11 - Cronograma de implantação das ações da Política de Avaliação Institucional.....	61
Quadro 12 - Cursos de Graduação em funcionamento, 2024.....	62
Quadro 13 - Cursos de Graduação planejados para 2024 a 2028	62
Quadro 14 - Cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> para futura implantação.....	62
Quadro 15 - Composição do Corpo Docente - 2024/2.....	63
Quadro 16 - Composição do Corpo Técnico-Administrativo EFETIVOS da Instituição, 2024.....	65
Quadro 18 – Infraestrutura física do Faculdade de Anicuns - Unidade II	77
Quadro 20 - Acervo Bibliográfico das Bibliotecas – 2024/2.....	79

MAPAS

Mapa 1 - Mapa da Microrregião do IBGE Anicuns	21
--	----

TABELAS

Tabela 1 - Produto Interno Bruto de Goiás – 2018-2024.....	19
---	----



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
CAPÍTULO I – PERFIL INSTITUCIONAL	10
1.1 Identificação da Mantenedora.....	10
1.2 Identificação da Mantida	10
1.3 Trajetória histórica da Faculdade de Anicuns	10
1.4 Áreas de atuação acadêmica.....	12
1.5 Missão	13
1.6 Objetivos, finalidades e princípios	13
1.7 Análise das ações realizadas no período de 2018 a 2022.....	15
1.8 Áreas de atuação acadêmica.....	15
CAPÍTULO II - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI.....	17
2.1 Inserção regional: breve histórico do estado de Goiás.....	17
2.5 – Município de Anicuns	20
2.6 – Localização	21
2.7 Dados Relevantes do Município de Anicuns	22
CAPÍTULO III - PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO - METODOLÓGICOS.....	23
3.1. Organização Didático-Pedagógica	25
3.2. Perfil do Egresso	26
3.3. Seleção de Conteúdos	27
3.4. Princípios Metodológicos	28
3.5. Processos de Avaliação	28
3.6. Inovações significativas	30
3.7. Atividades da Prática Profissional, Estágios e Complementares.....	31
3.8. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos	33
3.9. Incorporação de Avanços Tecnológicos	34
3.10. Política de Ensino Graduação	34
3.11. Política de Extensão e Cultura	37
3.12. Política de Pesquisa	39
3.13. Política de Pós-Graduação.....	42
3.14. Política de Responsabilidade Social	45
3.15. Política de Inclusão Social	47
3.16. Política de Gestão Acadêmica	51



3.17. Política de Avaliação Institucional.....	53
CAPÍTULO IV – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS.....	58
4.1. Cronograma de implantação das ações das políticas educacionais.....	58
4.2 - Cursos em funcionamento na Instituição	62
4.3 - Cursos de futura criação na Instituição.....	62
CAPÍTULO V - PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	63
5.1. Corpo docente.....	63
5.2. Composição	63
5.3. Plano de cargos, carreiras e salários	63
5.4. Critérios de seleção e contratação.....	64
5.5. Políticas de qualificação do corpo docente.....	64
5.6. Cronograma e plano de expansão do corpo docente - vigência do PDI	64
5.7. Corpo técnico-administrativo.....	64
5.7. Plano de cargos carreiras e salários	65
5.8. Política de qualificação.....	65
CAPÍTULO VI - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	66
•.....	66
6.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão.....	66
6.2 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas.....	67
6.3 Instâncias de Decisão Pedagógica	68
6.4 - Autonomia da instituição em relação à mantenedora	70
6.5 - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas	71
CAPÍTULO VII - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	72
7.1 - Formas de acesso	72
7.2 - Programa de apoio pedagógico financeiro	72
7.3 - Estímulo à Permanência.....	73
7.4 - Acompanhamento dos Egressos	73
CAPÍTULO VIII – INFRAESTRUTURA	75
8.1 - Infraestrutura Física	75
8.2 - Centro de Convenções da Faculdade de Anicuns	78
8.3 – Biblioteca.....	79
8.4 Acervo por área do conhecimento.....	79
8.5 - Laboratórios	81



8.6 - Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Diferenciado a Pessoas com Necessidades Especiais	82
8.7 - Cronograma de expansão para o período de vigência do PDI	84
CAPÍTULO IX - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	85
9.1. Formas de utilização dos resultados das avaliações	86
CAPÍTULO X - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	87
10.1 - Estratégias de gestão econômico-financeira	87
10.2 - Planos de Investimento 2024-2028	87
10.3 - Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução (Cinco Anos).....	88
ANEXO 1 – Nominata dos Docentes da FACULDADE DE ANICUNS ano 2024	90
ANEXO 2 – Nominata dos Técnicos Administrativos – FEA e Faculdade de Anicuns ano de 2024.....	92



APRESENTAÇÃO

O PDI foi dividido em 10 (dez) capítulos para melhor explicar a importância da Faculdade de Anicuns que atua na sociedade local e regional, pois a instituição é uma referência e um orgulho para o município, sendo sua divisão em:

No Capítulo I do PDI da Faculdade de Anicuns serão apresentados os atos legais da Mantenedora, da Mantida, uma síntese da trajetória histórica da Instituição desde sua criação no ano de 1985, as áreas de atuação neste ano de 2024, a missão, objetivos e princípios da Instituição, bem como apresentação sucinta das ações desenvolvidas pela atual gestão.

O Capítulo II aborda a inserção da Instituição na microrregião de Anicuns, de forma sucinta relata o município de Anicuns e do Estado de Goiás utilizando dados estatísticos para demonstrar a importância da Instituição no desenvolvimento regional.

O Capítulo III procurou-se mostrar a linha pedagógica que a Instituição norteia para gerenciamento dos Cursos de Graduação, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Instituição, apresentando o perfil, do egresso na Instituição, a importância dos processos acadêmicos, da metodologia, dos conteúdos, dos processos de avaliação para a formação acadêmica, bem como o corpo acadêmico estar atento para as inovações educacionais.

Além de descrever como norteará as Políticas de Graduação, Extensão, Pós-graduação, da Instituição, pois é de suma importância observar neste contexto as concepções de ensino e as diretrizes curriculares dos diferentes cursos, através de estratégias e metas que serão implementadas por meio de programas, projetos de ação e planos de ação.

No Capítulo IV está descrito o cronograma das ações das políticas educacionais para o ciclo de 2024 a 2028, lembrando que muitas destas ações já vêm sendo desenvolvidas pela atual gestão como demonstradas no item 1.8 do PDI, também demonstra os cursos em funcionamento na instituição e

O Capítulo V do PDI refere-se à composição dos docentes e técnicos administrativos, bem como a política institucional para qualificação dos mesmos. Vale ressaltar que a Instituição é regida pela LDB, Regimento Interno, Estatuto do Magistério Público Superior Municipal da Fundação Educacional de Anicuns, é uma Pública Municipal tendo como Mantenedora a Fundação Educacional de Anicuns – FEA. Atualmente a Instituição conta com 5 (cinco) docentes efetivos cursando Mestrado e Doutorado com previsão de término no ano de 2025, contando hoje com 09 (nove) mestres e 02 (dois) doutores, ficando no ano de 2024 apenas 11 (onze) especialistas



No Capítulo VI será abordada a estrutura e organização administrativa da Instituição, com documentação, regulamentos, Estatuto, Regimento Interno que devem estar adequados para nova realidade da Instituição.

No Capítulo VII refere-se à política de atendimento ao discente, como a forma de ingresso na Instituição e programas de apoio aos mesmos, como bolsa, monitoria, estímulo ao processo acadêmico e o acompanhamento dos egressos da Instituição.

O Capítulo VIII demonstra o quantitativo referente à infraestrutura da Instituição que atualmente possui três Unidades de Ensino, uma no centro da cidade de Anicuns, outra unidade no Km 03 da GO 326, que possui também um Centro de Eventos para 300 pessoas e também Curso Fora de Sede em Mozarlândia funcionando na Escola Municipal Chagas Guedes, situada na Rua Divonei Assis Peixoto, S/N, Bairro Santa Mônica, além de contar com um prédio para eventos “Centro de Convenções”.

Quanto ao Capítulo IX o mesmo refere-se ao Desenvolvimento Institucional e sua avaliação, pois este projeto foi elaborado seguindo a Lei de nº 10.861 de 14 de abril de 2004, pois para a Instituição a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão para a efetividade das políticas institucionais.

E finalmente no Capítulo X as estratégias de gestão econômico-financeira que é norteada pela Mantenedora Fundação Educacional de Anicuns e demonstra o investimento para o ciclo do referido PDI.



CAPÍTULO I – PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 Identificação da Mantenedora

Nome	Fundação Educacional de Anicuns - FEA
CNPJ	01.203.660/0001-32
Endereço	Avenida Bandeirantes, N. 1.140, Setor Leste – Anicuns-GO
Telefone	(64) 3564-1499
Fax	(64) 3564-1499
E-Mail	www.faculdadeanicuns.edu.br
Estatuto	- Decreto nº. 003, de 03/01/1985 - aprova o Estatuto da Fundação Educacional de Anicuns. - Decreto nº. 450 de 30 de novembro de 2011 altera o Estatuto da Fundação Educacional de Anicuns
Categoria Administrativa	Natureza Jurídica: Fundação Municipal
Representante Legal Presidente FEA	Diorgenes Ferreira de Castro Rodrigues

1.2 Identificação da Mantida

Nome	Faculdade de Anicuns
Endereço	Avenida Bandeirantes, N. 1.140, Setor Leste – Anicuns-GO
Telefone	(64) 3564-1499
Fax	(64) 3564-1499
E-Mail	www.faculdadeanicuns.edu.br
Dados de criação	A Faculdade de Anicuns – FA, que iniciou suas atividades a partir da autorização disposta na Resolução CEE/GO nº. 124, de 06 de maio de 1985.
Representante Legal Diretora Geral da FA	Cristiano Soares Pinto

1.3 Trajetória histórica da Faculdade de Anicuns

A Faculdade de Anicuns – FA, começou suas atividades a partir da autorização disposta na Resolução CEE nº 124, de 06 de maio de 1985. Na ocasião de sua criação, recebeu o autorizo para funcionamento de dois cursos, sendo eles o curso de Direito (Bacharelado) e o de Pedagogia (Licenciatura) com habilitações em Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar e Licenciatura Curta Intensiva em Supervisão. Em 2002, os cursos de Geografia e de História foram autorizados pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), inaugurando a Unidade Ensino II da Instituição, com infraestrutura adequada para atender à



demanda e passaram a proporcionar um ambiente saudável e harmônico à comunidade acadêmica local.

No período de 2001 a 2005, a Instituição habilitou 220 (duzentos e vinte) professores leigos da Microrregião Anicuns, em cursos de graduação, no programa de Licenciatura Plena Parcelada em História e Geografia.

Em 2003, criaram-se mais outros dois cursos, sendo o Bacharelado em Ciências Contábeis e Bacharelado em Administração, com habilitação em Administração de Empresas, Marketing e Agronegócios. Neste período, ou seja, de 2002 a 2005, com a ampliação do número de cursos, instalou-se a necessidade de ampliar os quadros docentes e técnicos administrativos. Por esta razão, foram realizados concursos públicos a fim de suprir as vagas necessárias.

Em 2004, a Instituição criou o Jornal e a Revista GUANICUNS com publicação semestral, na versão impressa. A Revista GUANICUNS encontra-se indexada à Bibliografia Brasileira de Educação – BBE, CIBEC/INEP, podendo ser visualizada na Internet, no seguinte endereço eletrônico: http://www.inep.gov.br/pesquisa/bbe-online/lista_perio.asp. A Revista GUANICUNS é um periódico dedicado a fomentar o debate científico em torno das áreas de interesse dos cursos ofertados pela Faculdade, além de divulgar relativa à produção acadêmico-científico dos professores e colaboradores.

Em 2006, os cursos de Licenciatura em História e Licenciatura em Geografia foram renovados pelo CEE-GO por meio das Portarias de nº 163/Gabinete Civil, de 10 de fevereiro nº 409/Gabinete Civil de 29 de março, respectivamente. Nesse mesmo ano, o curso de Licenciatura em Pedagogia recebeu a sua renovação de reconhecimento, mediante Portaria nº 449/Gabinete Civil, de 25 de abril.

Em 2017, o Curso Bacharelado em Administração foi renovado pelo CEE-GO pela Resolução CEE/CES de nº 39 de 08 de junho de 2017.

Em 2024, o curso de Licenciatura em Pedagogia foi renovado pelo CEE-GO por meio da Resolução CEE/CES de nº 20 de 22 de março de 2024.

Em 2024, o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis foi renovado pelo CEE-GO, por meio da Resolução CEE/CES de nº 15 de 23 de fevereiro de 2024.

Em 2024, o Curso de Bacharelado em Direito foi renovado pelo CEE-GO, por meio da Resolução CEE/CES de nº 23 de 12 de abril de 2024.

Ao longo de três décadas de funcionamento, a Instituição estabeleceu parcerias com municípios vizinhos, com os quais mantém atividades de extensão, compartilhando seus conhecimentos com Instituições de Educação Básica e Instituições Jurídicas da região, por meio do Núcleo Prática Pedagógica – NPP, do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, Núcleo de Apoio



Contábil Fiscal – NAF. Todos eles oferecem atendimento gratuito à comunidade local e da região, bem como, com atividades de extensão, desenvolvidas pelos acadêmicos e docentes junto à comunidade.

A Instituição vem realizando melhorias na infraestrutura física e acadêmica dos seus cursos e discutindo alternativas para viabilização de propostas de novos cursos, pois está empenhada em expandir o número de cursos, técnicos, de graduação (tecnológicos e regulares) e pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), diversificando sua oferta, conforme solicitação das comunidades interna e externa. Nesse sentido, a Instituição trabalha também para alcançar as comunidades pertencentes à Mesorregião, cuja proximidade possibilita a inserção de inúmeros acadêmicos pertencentes àquelas cidades.

Ao longo dos seus 39 (trinta e nove) anos de existência, a Instituição conquistou o reconhecimento social, como importante Instituição de Ensino Superior no Estado de Goiás, formando uma grande parcela de profissionais que atua, em especial, na Região Oeste do Estado.

A Instituição constitui-se num importante patrimônio acadêmico-científico regional que contribuirá para a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Tecnológicas, Ciências Agrárias, bem como no campo da Saúde.

O PDI traçado para o quinquênio 2024-2028 tem por objetivo manter os cursos das áreas das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e área de saúde, e implantar novos cursos nas áreas Tecnológicas, Agrárias, bem como na área da Saúde, ofertando, inicialmente, curso de ciência agrária (Engenharia Agrônoma).

No ano de 2016, foram pleiteados cursos na área Tecnológica, e para o ano de 2024 será pleiteado na área Agrária, bem como abertura de Curso Fora de Sede em Itaberaí. Nesse sentido, abrindo espaço para qualificar inúmeros cidadãos na Educação Superior no município de Anicuns e região, além de contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos municípios circunvizinhos.

1.4 Áreas de atuação acadêmica

Os cursos de graduação e licenciatura da Instituição são nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Tecnólogos, conforme demandas representadas no Quadro 1, logo abaixo.



Quadro 1 - Indicadores institucionais

Cursos	Enade	IDD	CPC	IGC
Bacharelado em Administração	2 (2022)	3 (2022)	2 (2022)	3 (2022)
Bacharelado em Ciências Contábeis	2 (2022)	3 (2022)	3 (2022)	
Bacharelado em Direito	2 (2022)	4 (2022)	3 (2022)	
Bacharelado em Enfermagem*				
Licenciatura em Pedagogia	2 (2021)		3 (2021)	

Fonte: Secretaria Geral 2º semestre 2024.

* Cursos que ainda não foram avaliados

A Instituição também oferece cursos de Pós-Graduação (*lato sensu*) tanto para estudantes egressos da Faculdade, quanto para a comunidade externa (comunidade acadêmica).

Durante o período de vigor do PDI (2018-2024), a Instituição ofereceu vários cursos de pós-graduação em parceria com a REDEJURIS, demonstrado no Quadro 2 logo abaixo,

Quadro 2 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos na Instituição, 2018-2024.

Área do Conhecimento	Cursos
Ciências Humanas	Gestão Educacional
Ciências Humanas	Metodologia do Ensino Superior
Ciências Humanas	Psicopedagogia e Educação Infantil (2ª edição)
Ciências Sociais Aplicadas	Direito Civil e Processo Civil
Ciências Sociais Aplicadas	Direito do Trabalho e Processo do Trabalho
Ciências Sociais Aplicadas	Gestão Empresarial

Fonte: Secretaria Geral 2º semestre 2024.

1.5 Missão

Produzir e socializar conhecimentos filosóficos, científicos, artísticos e tecnológicos, articulando ensino, pesquisa e extensão para a formação de indivíduos éticos, dotados de senso crítico, sólida base científica e humanística, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com as transformações sociais.

1.6 Objetivos, finalidades e princípios

A Instituição tem os objetivos dispostos no artigo 5º do seu Estatuto, conforme segue:

- I. estimular o conhecimento técnico-científico, a cultura e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo;



- II. qualificar, continuamente, profissionais nas diversas áreas do conhecimento, zelando pela sua formação humanista e ética, de modo a contribuir para o pleno exercício da cidadania;
- III. cooperar para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional.

São finalidades da Instituição, conforme artigo 6º do seu Estatuto:

- I. garantir a indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, conforme determina o artigo 207 da Constituição Federal;
- II. formar profissionais qualificados, tendo em vista o crescimento e o desenvolvimento socialmente sustentáveis;
- III. buscar a interação dos seus cursos com a comunidade, tendo em vista o seu desenvolvimento;
- IV. colaborar para o desenvolvimento do país, articulando-se com os órgãos públicos e de iniciativa privada, para o estudo de problemas em nível local, regional e nacional;
- V. contribuir, mediante a promoção de iniciativas culturais, a prestação de serviços e a assistência técnica, da solução de problemas da comunidade local.

Comprometida com a busca de qualidade, a Instituição se pauta nos seguintes princípios, de acordo com o artigo 6º do Estatuto:

- I. preservação da liberdade de pensamento;
- II. universalização do conhecimento;
- III. indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IV. respeito à ética e à diversidade étnico-cultural e biológica;
- V. flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
- VI. defesa dos direitos humanos e preservação do meio ambiente;
- VII. qualidade do ensino e da pesquisa considerando o engrandecimento do homem e sua integração à sociedade.
- VIII. promoção da extensão na comunidade;
- IX. contribuição para a difusão da cultura, para a promoção da educação e para o desenvolvimento da ciência;
- X. promoção, na região, de autossuficiência profissional nas áreas dos cursos oferecidos;
- XI. manutenção de intercâmbio no país e no exterior;
- XII. gestão democrática, pluralista e crítica;
- XIII. garantia da plena liberdade de expressão.



1.7 Análise das ações realizadas no período de 2018 a 2022.

No ano de 2018 foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-GO) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) referente ao período de 2018 a 2022 da Instituição, a atual gestão (ativa deste 2021/1) intensificou ações junto à comunidade, representações locais e regionais, empresas privadas, autarquias, entre outros, para elevar a Faculdade de Anicuns. Com o apoio de uma equipe de colaboradores comprometida (docentes, técnico administrativos, representação discentes e representantes da comunidade) o trabalho tem sido reconhecido, sua prestação de serviço tem caráter de excelência, e a comunidade acadêmica usufruiu, há mais de 39 (trinta e nove) anos, de um fazer empírico e epistemológico de qualidade, na região.

Durante o período de 2018 a 2022, a gestão realizou ações para consolidação e fortalecimento da Instituição, demonstrado logo abaixo, cuja análise foi dividida em ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão, política de gestão, avaliação institucional, inclusão social e a responsabilidade social.

Seguem as principais ações realizadas no período (2018/2022):

1. Implementação da Unidade de Mozarlândia no ano 2020, disponibilizando os Cursos de Ciências Contábeis, Direito e Administração, contando já com 04 (quatro) turmas, sendo que a primeira turma concluirá os estudos em 2024;
2. Início das turmas do Curso de Enfermagem em 2021, contando atualmente com 04 (quatro) turmas;
3. Atualização dos Regulamentos: Pesquisa Jurídica (TCC do Curso de Direito), Núcleo de Prática Jurídica, Atividades Extracurriculares entre outros;
4. Início dos procedimentos para a implementação do Curso de Agronomia.

1.8 Áreas de atuação acadêmica

Para alcançar sua missão e seus objetivos, Instituição atua nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como Instituição capaz de interagir na busca de soluções para o desenvolvimento local, da região e do país.

Sua atuação abrange as seguintes áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Tecnólogo, Ciência Agrária e Ciência em Saúde.

Fortalecendo as funções acadêmicas, científicas e sociais, a Instituição propicia, por meio de seus cursos de graduação e seus programas de pós-graduação, condições de atuar como



força transformadora da realidade local, regional e nacional, assumindo o compromisso de construir uma sociedade justa, sustentável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação.

Como instituição educacional, a Faculdade de Anicuns além das atividades voltadas para o ensino, realiza pesquisa e extensão, em articulação com os setores produtivos e com a sociedade, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizadas em tempos e espaços diferenciados, constituam a função social da instituição de democratizar o conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade solidária e sustentável, com bases nos princípios éticos e morais.

A Faculdade de Anicuns, portanto, tem como áreas de abrangência e atuação acadêmica:

1. Graduação – em diferentes áreas do conhecimento, ofertados a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente e que tenham sido classificados em processo seletivo.
2. Pós-Graduação – compreendendo programas de cursos de especialização (*lato sensu*) e, posteriormente, *stricto sensu* (mestrado e doutorado), para alunos que tenham concluído a graduação em Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
3. Pesquisa – com a colaboração da comunidade universitária, cujo objetivo é produzir e difundir o conhecimento, atendendo aos aspectos legais e às demandas socioeconômicas locais, regionais e/ou nacionais.
4. Extensão – abertos à comunidade universitária e à sociedade civil.



CAPÍTULO II - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1 Inserção regional: breve histórico do estado de Goiás

A evolução do Estado de Goiás e de sua trajetória história tem como ponto de partida o final do século XVII, com a descoberta das suas primeiras minas de ouro, e início do século XVIII, com a chegada dos bandeirantes vindos de São Paulo em 1727. Esta época foi marcada pela colonização de algumas regiões. Goiás era conhecido e percorrido pelas Bandeiras já no primeiro século da colonização do Brasil, porém seu povoamento só ocorreu em virtude do descobrimento das minas de ouro.

O contato com os nativos indígenas e com os negros foi fator decisivo na formação da cultura do Estado, que deixou como legado cidades históricas como Corumbá de Goiás, Pirenópolis e Goiás, antiga Vila Boa e, posteriormente, capital de Goiás. O início dos povoados coincide com o Ciclo do Ouro, minério amplamente explorado nesta época.

As primeiras Bandeiras eram de caráter oficial e destinadas a explorar o interior em busca de riquezas minerais, e outras empresas comerciais de particulares organizadas para captura de índios. Costuma-se dizer que o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, foi o descobridor de Goiás, mas isto não significa que ele foi o primeiro a chegar ao Estado e sim, o primeiro a ter intenção de se fixar aqui.

A Bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722. O caminho já não era tão difícil como nos primeiros tempos. Em outubro de 1725, após três anos, os bandeirantes voltaram triunfantes a São Paulo, divulgando que tinham descoberto cinco córregos auríferos, minas tão ricas como as de Cuiabá, com ótimo clima e fácil comunicação.

Poucos meses depois da volta da Bandeira, organizou-se em São Paulo uma nova expedição para explorar as veias auríferas. Bartolomeu, agora superintendente das minas, e João Leite da Silva Ortiz, como guarda-mor. A primeira região ocupada foi a do Rio Vermelho. Fundou-se lá o arraial de Sant'Ana, que depois seria chamado de Vila Boa e, mais tarde, de Cidade de Goiás. Esta foi, durante 200 anos, a capital do território.

A época do ouro em Goiás foi intensa e breve. Após 50 anos (1773), a Capitania experimentou a decadência rápida e completa da mineração, pois a exploração era apenas visando o ouro de aluvião, isto é, das margens dos rios, e a técnica empregada era rudimentar.

O território goiano pertenceu, até 1749, à capitania de São Paulo. A partir desta data tornou-se independente. Ao se evidenciar a decadência do ouro, várias medidas administrativas foram tomadas por parte do governo, sem alcançar, no entanto, resultados satisfatórios. Isso



porque a economia aurífera, não encontrou, de imediato, um produto que a substituísse em nível de vantagem econômica.

O nome Goiás origina-se da denominação da tribo indígena “guaiás”, que por corruptela se tornou Goiás. Vem do termo tupi *gwa ya* que quer dizer indivíduo igual, gente semelhante, da mesma raça.

Assim como no Brasil, o processo de independência em Goiás se deu gradativamente. A formação das juntas administrativas, que representam um dos primeiros passos neste sentido, deu oportunidade às disputas pelo poder entre os grupos locais.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, a campanha nacional “marcha para o oeste”, que culmina na década de 1950 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás.

A partir da década de 1960, o Estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de *commodities* agropecuárias, destacando-se pelo rápido processo de industrialização. Hoje, está bastante inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações comerciais com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial do Estado, impulsionando a atividade econômica que permanecia estagnada por décadas.

Apesar da suposta “vocação natural” do Estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal, como estadual, foram vitais para o processo de modernização da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Os trabalhos de Estevam (2004), Pires e Ramos (2009), e Castro e Fonseca (1995) mostram com detalhes como o setor público foi essencial para estruturação dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana de açúcar. Essas culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria. Em meio a essas transformações, em 1988, o norte do Estado foi desmembrado, dando origem ao Estado do Tocantins.

A partir da década de 1990, houve maior diversificação do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol. Um fator responsável pela atração desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.



O dinamismo econômico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribuição da população no território, por meio de um intenso êxodo rural. As novas formas de produção adotadas, intensivas em capital foram as principais responsáveis pela mudança da população do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital Goiânia, as cidades do entorno de Brasília - como Luziânia e Formosa; e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás tornou-se, também, um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, tornando-se recentemente o estado com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto fluxo migratório são a localização estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econômico e também a proximidade com a capital federal - Brasília.

Os indicadores que medem as condições de vida da população apresentaram desempenho positivo nas últimas duas décadas do século XX. Houve queda expressiva do número de pobres e extremamente pobres. Os indicadores de esperança de vida, mortalidade infantil, saúde, educação apresentaram melhorias significativas. Dentre os indicadores analisados, o único que não apresentou evolução desejável foi o de acesso a rede de esgoto sanitário.

O Produto Interno Bruto representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período determinado. O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia e tem o objetivo principal de mensurar a atividade econômica de uma região. O Produto Interno Bruto goiano demonstra uma reação positiva aos desdobramentos das políticas adotadas na economia.

Segue a Tabela 1, demonstrada logo abaixo o PIB de Goiás, mostrando a sua estrutura nos setores agropecuários, industriais e de serviços.

Tabela 1 - Produto Interno Bruto de Goiás – 2018-2024.

Ano	PIB Total (R\$ bilhões)	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
2018	203,8	12,5	27,0	60,5
2019	215,4	13,0	26,5	60,5
2020	223,5	15,0	25,0	60,0
2021	246,8	14,7	25,5	59,8
2022	263,9	14,0	26,0	60,0
2023	280,5	13,8	25,8	60,4
2024	295,0	13,5	25,5	61,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação de Goiás (SEDI), 2024.



2.5 – Município de Anicuns

Gentílico: anicuense

Anicuns teve a sua origem na mineração. Os primeiros elementos humanos que para ali convergiam foram em busca de ouro que se encontrava com abundância e de fácil extração. Posteriormente à época da mineração, dada à fertilidade do solo e a excelência do clima foram reduzidos os aventureiros, que regressaram. Trocaram a ambição do ouro pelo cultivo da terra e pela pecuária, fixando residência na localidade. Era, também, a localidade escolhida para ponto de pousada de tropeiros, o que, de certa forma, contribuiu para o seu conhecimento em outras paragens do País.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Anicuns, por lei provincial ou resolução provincial de 07/06/1841, subordinado ao município de Palmeiras, eis povoado. Elevada à categoria de Vila, com a denominação de Anicuns. Instalada em 15/11-/1911. Em 1931, o município de Anicuns passou a denominar-se Novo Horizonte.

Pelo Decreto-Lei Municipal N. 103, de 30/03/1933, é criado o distrito de Nazário e anexado ao município de Novo Horizonte. Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/07/1937, o município é constituído de 2 distritos: Novo Horizonte e Nazário. Pelo Decreto-Lei Estadual N. 557, de 30/03/1938, o município de Novo Horizonte voltou a denominar-se Anicuns. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 2 distritos: Anicuns e Nazário. A Lei estadual N. 121, de 25/08/1948, desmembra do município de Anicuns do distrito de Nazário. Elevado à categoria de município.

Em divisão territorial datada de 01/07/1955, o município é constituído do distrito sede.

Pela Lei Municipal N. 223, de 27/12/1958, é criado o distrito de Americano Brasilex - Olhos d'Água e anexado ao município de Anicuns. Pela Lei Municipal N. 224, de 27/12/1958, é criado o distrito de Avelinópolis, antigo povoado de Taboca, e anexado ao município de Anicuns.

Em divisão territorial datada de 1/07/1960, o município é constituído de 3 distritos: Anicuns, Americano Brasil e Avelinópolis. Pela Lei Municipal N. 279, de 04/12/1963, é criado o distrito de Capelinha e anexado ao município de Anicuns. Pela Lei N. 4921, de 14/11/1963, desmembra do município de Anicuns o distrito de Avelinópolis. Elevado à categoria de município. Pela Lei Estadual N. 7.446, de 30/11/1971, é criado o distrito de Choupana e anexado ao município de Anicuns. Em divisão territorial datada de 01/01/1979, o município é constituído de 4 distritos: Anicuns, Americano Brasil, Capelinha e Choupana. Pela Lei Estadual

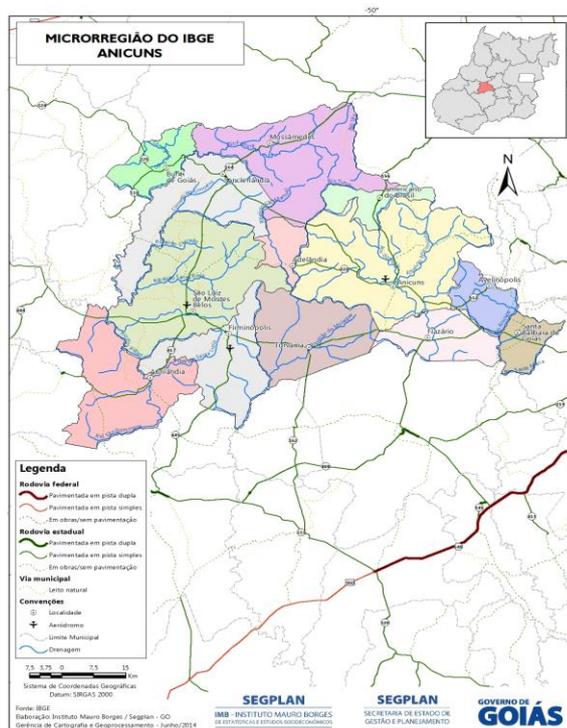
N. 8.844, de 10/06/1980 que desmembra do município de Anicuns o distrito de Americano do Brasil, elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 01/07/1983, o município é constituído de 3 distritos: Anicuns, Capelinha e Choupana.

Limites municipais: Mossâmedes, Itaberaí, Avelinópolis, Nazário, Turvânia. Pertence a microrregião de Anicuns, na mesorregião Centro Goiano. A área do município é de 961,608 Km². (Fonte: IBGE, Prefeitura Municipal – acesso em 15/07/2024).

2.6 – Localização

A Instituição está localizada, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Microrregião Anicuns, a 79 km da capital do Estado de Goiás, no município de Anicuns. A população 2021, do Município de Anicuns, era de 18;903 e, possui uma área territorial de 978.230 km².

Mapa 1 - Mapa da Microrregião do IBGE Anicuns



Fonte: Segplan/IMB, 2015.



A Microrregião de Anicuns, localizada no estado de Goiás, possui uma população aproximada de **120.000 habitantes** (com base em estimativas recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Esta microrregião é composta por diversos municípios, incluindo Anicuns, Araçu, Adelândia, entre outros.

2.7 Dados Relevantes do Município de Anicuns

Segundo dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Anicuns possui:

- **Área territorial:** 976,038 km² (2022);
- **População residente:** 18.503 pessoas (2022);
- **Densidade demográfica:** 18,96 hab/km² (2022);
- **Escolarização 6 a 14 anos:** 98,4% (2010);
- **IDHM – Índice de desenvolvimento humano municipal:** 0,714 (2010);
- **Mortalidade infantil:** 13,64 óbitos por mil nascidos vivos (2022);
- **Total de receitas brutas realizadas:** R\$ 92.897.283,29 (2023);
- **Total de despesas brutas empenhadas:** R\$ 92.872.586,56 (2023);
- **PIG per capita:** R\$ 23.178,92 (2021).



CAPÍTULO III - PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TÉCNICO - METODOLÓGICOS

Observa-se atualmente, no mundo, a participação das transformações e inovações tecnológicas como força mediadora das relações sociais. Fato este que se traduz no âmbito de uma macroestrutura caracterizada pela reprodução se dá regida pela hegemonia do conhecimento técnico-científico que vem, ao longo do tempo, se apresentando, de forma crescente, maior dinamismo e complexidade.

O grupo gestor da Instituição busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos, estimular as práticas interdisciplinares da pesquisa, da extensão e das demais atividades extracurriculares, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

A formação na Educação Superior é o espaço privilegiado que abre possibilidades para a vivência profissional, a partir da imersão na realidade, exigindo o estabelecimento de estreita relação com o conhecimento, que leve à apreensão de seus fundamentos e, não, apenas à assimilação das possíveis aplicações passageiras. Nessa perspectiva, espera-se que o ser humano se emancipe a partir dessa relação com a ciência e a técnica, não como um fim em si, ou para si, mas como forma específica e determinada, de agir e interagir no mundo.

Na sociedade contemporânea torna-se imperativa a necessidade de que a relação estabelecida com o conhecimento não perca a sua historicidade, os contornos epistemológicos de cada área do conhecimento, tendo como sinalizador, a percepção dos impactos sobre a sociedade e a cultura.

O processo formativo do profissional calca-se na necessária construção da racionalidade não instrumental, portanto, numa razão crítica. O exercício da crítica, em caráter contínuo, permite, com base na reflexão sobre seus fundamentos, a criatividade a partir do conhecimento existente, no sentido de acompanhar, intervir e avançar, tanto no próprio desenvolvimento, quanto nos seus possíveis avanços tecnológicos. O processo, assim concebido, permite o estabelecimento do diálogo do homem com a realidade em que se insere. A partir dessa relação entre o sujeito e o objeto, é possível superar, dialeticamente, a aparente estranheza do homem em relação ao conhecimento que ele mesmo produz. Dessa forma, na perspectiva da razão crítica, o processo de ensino e aprendizagem viabiliza o pleno desenvolvimento da pessoa, tendo em vista a realização da sua prática como profissional cidadão.

Considerando que um dos pilares da Educação Superior é aprender a conhecer, a construção do conhecimento, sob a ótica da crítica, sinaliza uma mudança de foco no processo de ensino e aprendizagem, cuja ênfase se desloca do predomínio da aquisição de conhecimentos



para privilegiar a capacidade de aprender a aprender, realçada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), que envolvem o desenvolvimento das capacidades de integração e de crítica das informações e das competências atuais; assim como, a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo a habilidade de avaliação e seleção das mais importantes, de acordo com a pertinência.

Considerando a viabilização dessa base que sustenta o processo de ensino aprendizagem, alguns princípios e procedimentos balizadores e prioritários à ação pedagógica, são elencados:

- Constituição de sólida formação geral, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que elenca habilidades e competências específicas e a base legal que regulamenta cada uma das profissões;
- Elaboração de matrizes curriculares flexíveis que permitam a viabilização de diversas trajetórias a partir de caminhos diversificados, para a formação autônoma do estudante
- Interdisciplinaridade, como prática que amplia a visão do conhecimento específico;
- Desenvolvimento da capacidade de aprender a aprender, que engloba o aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, conforme preconiza a UNESCO nos seus Pilares para a Educação Superior;
- Desenvolvimento de modelos pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- Vivência que viabiliza a leitura de realidade a partir da Integração nos cenários reais de vida da comunidade de seus equipamentos sociais;
- Alternância de espaços de ensino e de metodologia que viabilizam a ampliação da aprendizagem e visão de mundo;
- Articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme preconiza o Art. 207 da Constituição Federal, na perspectiva de interação/integração com a sociedade;
- Desenvolvimento de ações que viabilizem a interação entre os cursos e, destes, com a sociedade e seus equipamentos sociais;
- Diversificação de tecnologias, o avanço e a modernização de procedimentos nas diversas áreas do conhecimento.

Percebe-se que a viabilização de uma proposta de vanguarda passa, necessariamente, pela mudança metodológica no sentido de adoção de Metodologias Ativas de ensino aprendizagem, na perspectiva de trazer o aluno para a posição de sujeito ativo do seu processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, os alunos passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de



ensino voltadas para a construção de competências vinculadas ao raciocínio e a reflexão crítica. Dessa forma, o professor é o mediador, oportunizando situações que levem o aluno a participar do processo de aprendizagem em que o seu papel é o de orientador na construção do conhecimento. Assim, a pedagogia tradicional cede lugar a formas ativas ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar, criticamente, os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

O eixo que norteia a proposta pedagógica baseada na problematização, como ferramenta que possibilita a reflexão crítica, caracteriza-se como eixo central para o desenvolvimento da aprendizagem significativa, considerando o estímulo à efetiva participação do aluno, possibilitando professor um permanente acompanhamento da evolução do perfil do aluno, dos seus progressos, bem como, do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem. A partir de abordagens problematizadoras, leva-se em conta a bagagem trazida pelo aluno, em termos de conhecimentos anteriores e experiências do aluno, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão. Nessa perspectiva, os elementos curriculares revestem-se de novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os alunos são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando, assim, a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

O currículo vai além dos aspectos técnicos e processuais ou metodológicos, ampliando-se a partir de uma visão contemporânea de questões de natureza sociológica, política ou epistemológica de interesse social, alçando voos na relação IES, mundo do trabalho e sociedade.

Cada um dos cursos regula-se pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e se caracterizam pelo ordenamento de um conjunto de disciplinas numa sequência ordenada e em outras atividades acadêmicas, cuja integralização, pelo aluno, confere o direito à obtenção do grau acadêmico e correspondente diploma.

3.1. Organização Didático-Pedagógica

A organização didático-pedagógica da Faculdade de Anicuns está sob a gestão das seguintes esferas administrativas, conforme o Estatuto disciplina em seu artigo 9º:

- I. Congregação;
- II. Conselho Departamental



- III. Diretor(a);
- IV. Vice-Diretor(a);
- V. Coordenações de Cursos;
- VI. Órgãos suplementares; e
- VII. Órgãos de apoio.

3.2. Perfil do Egresso

A Faculdade de Anicuns ao traçar, institucionalmente o perfil profissional do seu egresso, com base no projeto pedagógico de cada curso, tem como diretriz a filosofia definida pela instituição em seu Projeto Pedagógico Institucional. Qual seja de formar profissionais com perfil qualificado para o exercício de suas funções, com consciência ética aprimorada, alto nível educacional e a premissa da qualidade nos serviços prestados, além de comprometidos com o desenvolvimento regional e nacional, socialmente sustentáveis.

O perfil dos egressos dos cursos da Instituição tem como referência a missão da Instituição e as matrizes curriculares de cada curso. Ao elaborar a matriz curricular levou-se em consideração o perfil traçado para cada curso, observando a seleção de conteúdos necessários, as competências e as habilidades a ser desenvolvida, para alcançar esse perfil, assim como, a necessidade de preparação dos alunos para o mundo do trabalho, atendimento às demandas da sociedade contemporânea, em termos de perfis profissionais mais adequados, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista das necessidades sociais.

A Faculdade de Anicuns calca-se em princípios de caráter ético, filosófico, cultural e pedagógico que fundamentam a formação de profissionais-cidadãos, entendendo a educação como instrumento articulador e mediador que norteia as ações que visam o desenvolvimento sustentável, oferecendo subsídios para a consolidação da formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, à solidariedade e o respeito às diferenças, culturalmente contextualizadas, foram os pilares da definição do perfil dos egressos.

O perfil traçado para o egresso da Instituição, na sua construção, conta com um conjunto de atividades e disciplinas que viabilizam oportunidades para o desenvolvimento de competências básicas, comuns a todas as áreas:

- Resolução de problemas - que guarda estreita relação com a flexibilidade e adaptabilidade a novas situações;



- Adoção de decisões fundamentais - que guarda relação com a habilidade de selecionar informações relevantes, para aplicação nos diversos campos do saber;
- Educação continuada – forma de manter a atualização técnica e científica, tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e da sociedade contemporânea.

3.3. Seleção de Conteúdos

Os critérios de seleção dos conteúdos levam em conta o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, conforme determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso, respeitando-se alguns critérios:

- A Relevância Social, tendo em vista o cenário da micro e mesorregião em que se insere o Faculdade de Anicuns, com as suas especificidades e necessidades, sem perder de vista a relação com o contexto nacional e internacional, bem como, considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais, no que tange às expectativas da sociedade em relação ao papel social dos diversos profissionais formados pela instituição;
- A Atualidade, considerando a produção científica e tecnológica a ser incorporada, gerando conhecimentos atualizados, caracterizados pela incorporação de novos saberes que possibilitam o avanço nas diversas áreas do conhecimento;
- A Potencialidade, para a construção do padrão intelectual dos alunos, gerando uma postura que permita o convívio com as mudanças e com as diversidades e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em fontes de diversas origens, primárias e secundárias;
- Conteúdos estruturantes, que viabilizam a interação entre os campos do conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, que viabiliza a organização da aprendizagem do aluno, em níveis crescentes de complexidade.

A vivência, os interesses e as características dos alunos também se configuram como critérios fundamentais a serem considerados no momento da seleção e na organização dos conteúdos ministrados nos cursos oferecidos pelo Faculdade de Anicuns.



3.4. Princípios Metodológicos

Considerando que a metodologia adotada é definidora das condições objetivas de aprendizagem, conclui-se pela necessidade de diversificação das formas e meios utilizados respeitando-se as características dos alunos, suas vivências e necessidades do mercado e da sociedade.

No conjunto das atividades desenvolvidas nas metodologias identificamos-: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

Tendo em vista a necessidade de se tornar a aprendizagem significativa, o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como discussão; debate; mesa redonda; seminário; simpósio; painel; diálogo, entrevista; estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais que caracterizam as metodologias ativas, ganham força nesse cenário.

Para dar suporte às práticas adotadas, o Faculdade de Anicuns utiliza, quando necessário, no âmbito dos seus cursos, suportes didático-pedagógicas, como:

- recursos audiovisuais e multimídia em sala de aula;
- equipamentos de informática com acesso à Internet;
- parceria entre os cursos que são oferecidos pela Faculdade de Anicuns, a partir de atividades conjuntas, tendo em vista a ampliação de horizontes, para além dos limites do conhecimento;
- simulações, como recursos didáticos.

3.5. Processos de Avaliação

A avaliação é um instrumento que possibilita revisão de caminhos antes traçados e a redefinição de metodologias tendo em vista a correção de problemas identificados e a instrumentalização de mudanças. O diagnóstico produzido após o processo avaliativo passa à condição de balizador do processo, indicando as lacunas a serem superadas, aferindo os resultados efetivamente alcançados, considerando o desenvolvimento das competências e habilidades e identificando as mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Considerando que o processo de formação deve garantir o desenvolvimento de competências e habilidades, a avaliação destina-se à análise da efetivação da aprendizagem, de



modo a favorecer sua trajetória e as ações destinadas à formação. A avaliação é, portanto, um instrumento de monitoramento do processo de ensino e aprendizagem, com foco na agregação de valor ou correção das inadequações existentes nos resultados desse processo.

Nesse sentido, entende-se que a avaliação não tem caráter punitivo considerando o desempenho insuficiente daqueles que não alcançam o que se planejou, mas, sim, de contribuir para que cada aluno a identificar melhor as suas necessidades de formação e a empreender o esforço no sentido de assumir o papel de sujeito da sua aprendizagem, tendo em vista a sua formação e desenvolvimento profissional. Considera-se que o objeto da avaliação é o levantamento da dimensão do conhecimento adquirido e, também, a capacidade do aluno em acioná-lo e buscar outros para realizar o que é proposto. O processo de avaliação das competências e habilidades consiste em verificar a aprendizagem e, também, identificar se os alunos adquiriram os conhecimentos necessários e, ainda, quando e como fazem uso deles para resolver situações-problema reais ou simuladas relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Nessa perspectiva, a avaliação realiza-se assentada em critérios claros, socializados com os alunos, considerando que a transparência do processo pressupõe o conhecimento das regras, contribuindo para uma visão holística e para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação, nos diversos momentos do curso.

A avaliação é um processo de caráter contínuo, tendo em vista o conhecimento do desempenho dos aspectos qualitativos no contraponto com os quantitativos. Na avaliação da aprendizagem os meios para o levantamento dos dados a serem avaliados e acompanhados valem-se de instrumentos diversos, dependendo do conteúdo e das características do objeto da avaliação, a saber: prova escrita individual, produção e apresentação de textos e trabalhos, pesquisa bibliográfica, relatórios e fichas de leitura de textos, comentários escritos de livros lidos, resolução de exercícios práticos, desenvolvimento de projetos, participação em atividades reais em campo e simuladas em sala de aula, apresentação de seminários, participação do aluno em debates em sala de aula, apresentações artísticas e culturais, entre outros.

A avaliação do desempenho na aprendizagem deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter somativo, tendo em vista a melhoria da qualidade da aprendizagem, por meio do processo formativo, permanente e de progressão continuada.

A normativa do processo de avaliação da aprendizagem está disciplinada no Regimento do Faculdade de Anicuns.



3.6. Inovações significativas

A Instituição busca a flexibilidade dos componentes curriculares como ferramenta que interage com as diferentes perspectivas, mas, particularmente, na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares, mediante a redução dos pré-requisitos, e na oferta de componentes curriculares optativos.

Ao se pensar em pré-requisitos, é preciso analisar a necessidade de conhecimentos prévios para a aquisição de determinados conhecimentos, de forma a não impedir o movimento dinâmico do cumprimento do estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso.

Os cursos oferecidos apresentam uma matriz curricular flexível por meio da inclusão de disciplinas abertas que permitem um estudo aprofundado e abordagem não só de temas do campo especializado, mas, também, de tópicos abrangentes, atuais e específicos da área.

Em relação aos componentes curriculares optativos, estes visam fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do aluno. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de escolha do aluno quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação.

A flexibilidade curricular abre horizontes para que o do Faculdade de Anicuns acompanhe as demandas do mercado e da sociedade, estabelecendo planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando o perfil profissional de conclusão.

Nesse cenário, ainda cabe o papel do Núcleo Docente Estruturante–NDE no processo de revisão e atualização contínua do planejamento didático dos componentes curriculares: objetivos, ementas, conteúdos programáticos, estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação, tendo em vista a evolução do conhecimento e as mudanças das demandas sociais, além da necessidade de adequação às demandas, garantindo a contemporaneidade dos conhecimentos veiculados.

A flexibilidade garante oportunidades diferenciadas de integração/interação dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória autônoma, a partir da ampliação da cultura pela interface com as áreas afins.

Nesse sentido, as Atividades Complementares, também previstas para os cursos de graduação, cumprem o papel e ofertar possibilidades de ampliação da cultura, além de se constituírem importantes mecanismos para o exercício da flexibilidade e proporcionarem oportunidades diferenciadas de introdução das inovações, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso, realizadas pelos alunos para a integralização de parte da carga horária obrigatória do curso.



3.7. Atividades da Prática Profissional, Estágios e Complementares

a) Estágio

O Estágio Supervisionado é o momento em que o aluno traz para o campo a sua formação teórica em contraponto com a realidade local, estabelecendo uma leitura da realidade, levantando perspectivas de contribuição com melhorias. O estágio consta de atividades de prática profissional, exercidas em situações reais de trabalho, na área específica do curso, sem vínculo empregatício, conforme a legislação vigente. Constitui-se componente indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais esperados, inerentes ao perfil do egresso.

O objetivo do estágio é proporcionar ao aluno formação prática, com desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à atuação profissional, conforme consta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Nesse sentido, as atividades de estágio deverão proporcionar ao estudante a participação em situações simuladas e reais de vida e de trabalho, vinculadas à sua área de formação, bem como, a análise crítica dessas atividades, propiciando a leitura de realidade e gerando sugestões de intervenção, quando necessário.

Essa aproximação do futuro profissional com a realidade em que desempenhará suas atividades profissionais, permitindo-lhe aplicar, ampliar e fazer revisões nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos durante sua vida acadêmica, contribuindo para sua sólida aprendizagem nos campos profissional, social e cultural. Nessa perspectiva, constitui-se espaço privilegiado para a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A carga horária destinada ao estágio é componente curricular obrigatório para a integralização da carga horária total prevista nos currículos dos cursos, nela se inclui as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela à avaliação das atividades.

b) Prática Profissional

A elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos a serem implantados tem como referência o primeiro artigo da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Este artigo determina que a educação escolar deve vincular-se ao trabalho e à prática social. Considera-se a prática do aluno tanto na intervenção em sala de aula e como na área profissional em geral, como o elemento central para inovações curriculares. Assim, efetiva-se a relação entre a teoria e a prática em cada disciplina do currículo, não só nas disciplinas reconhecidas como “práticas”, mas também, em todas as outras.

O exercício da prática profissional, articulado ao ensino abre espaço para o professor



auxiliar o aluno a dar sentido às informações, avaliando, criticando, compreendendo, julgando a pertinência e aplicando-as na prática.

Operacionalização da Prática Profissional:

- Atividades complementares, como componente curricular obrigatório que age na integração entre teoria e prática profissional.
- Implementação de linhas de pesquisa - como balizadores da prática, articuladas as reais necessidades da sociedade e do mercado.
- Adoção de Metodologias Ativas - o aluno como sujeito do processo de aprendizagem, com habilidades e competências crítico-reflexivas, geradoras de contribuições ao mundo do trabalho e à sociedade, fomentando a formação do profissional –cidadão.

c) Atividades Complementares

Na condição de componente curricular obrigatório, as Atividades Complementares enriquecem e complementam o perfil do egresso, possibilitam a avaliação de habilidades e competências do aluno, incluindo as adquiridas fora do ambiente acadêmico, a partir da sua vivência, considerando a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Conceitua-se Atividade Complementar como “toda e qualquer atividade, não compreendida nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas e atividades dos cursos de graduação”. Deve guardar conexão com a atividade com o curso, numa perspectiva interdisciplinar, destacando-se a sua relevância para o processo de ensino-aprendizagem em cada área específica da formação profissional.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos devem prever a carga horária destinada às Atividades Complementares e indicar as categorias de atividades que serão consideradas como tal.

Para as Atividades Complementares, consideradas como de Ensino pressupõe a frequência e o aproveitamento em disciplinas de outros cursos, em áreas afins; ou em outra Instituição de Ensino Superior, na área de formação ou em áreas afins; em cursos de Línguas, de Informática, o exercício efetivo de monitoria e outras atividades que venham a ser entendidas como relevantes para o curso e que guardem efetiva contribuição ao ensino.

Quanto as Atividades Complementares consideradas como de Pesquisa requerem a participação em projetos de pesquisa reconhecidos pelas coordenações do Faculdade de



Anicuns; a publicação de artigos de autoria do aluno; a assistência a defesas de trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou de defesa de dissertações de mestrado ou teses de doutorado.

Nas Atividades Complementares consideradas como de Extensão indicam a participação em projetos de extensão reconhecidos pela Faculdade de Anicuns; o comparecimento a eventos diversos, na área de formação ou em áreas afins, tais como: palestras, seminários, simpósios, exposições, debates, exibição e discussão de filmes e vídeos, lançamento de livros e outras que venham a ser reconhecidas pela coordenação de curso.

As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas em qualquer semestre, inclusive no período de férias escolares.

Para fins de acompanhamento e controle das Atividades Complementares, tendo em vista a integralização curricular, o aluno deverá requerer o aproveitamento da atividade realizada, mediante formulário próprio, ao final de cada semestre, dirigido à coordenação do curso.

Independentemente de participar de eventos promovidos ou oferecidos pelo Faculdade de Anicuns, compete ao aluno desenvolver esforços para busca-los na comunidade externa e participar da realização de outros que sejam promovidos ou realizados por órgãos públicos ou privados e/ou instituições atuantes na comunidade que, por sua natureza, possam vir a ser aproveitados, tendo em vista a integralização da carga horária das Atividades Complementares.

3.8. Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos

Resguardadas as especificidades de cada curso, alguns materiais pedagógicos utilizados na faculdade de Anicuns são desenvolvidos pelos professores dos cursos, de acordo com a natureza dos componentes curriculares ministrados, dentro de especificações e padrões definidos pelo Colegiado do Curso.

A faculdade de Anicuns apoia o desenvolvimento de novos materiais didáticos para os cursos que são ministrados. O material pedagógico é também ser adquirido, conforme indicação do Colegiado do Curso, de acordo com a natureza dos componentes curriculares e do nível tecnológico exigido.



3.9. Incorporação de Avanços Tecnológicos

Considerando as contribuições e os avanços na área da tecnologia da comunicação e informação, é estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos, em mídias eletrônicas, para tanto, estão previstas aquisições de materiais e equipamentos e qualificação tanto do corpo docente, quanto do técnico administrativo, para lidarem as TIC's como ferramentas que auxiliam na ampliação da aprendizagem.

A incorporação dos avanços tecnológicos às atividades acadêmicas faz parte das estratégias de ação da Faculdade de Anicuns. Nessa perspectiva, destina na sua receita anual recursos para a aquisição de microcomputadores e *softwares* utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos.

A participação do corpo docente em eventos em eventos com temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem, é estimulada tendo em vista a que disseminação deste conhecimento, contribuindo para as inovações no âmbito dos cursos, tanto do ponto de vista técnico, tecnológico, quanto metodológico.

3.10. Política de Ensino Graduação

A política de ensino da Instituição busca, como alicerce da formação profissional, a produção do conhecimento com qualidade, respeitando o seu contexto regional e sem perder de vista a formação ética e humanística. A formação generalista, com caráter crítico e reflexivo, que permite o desenvolvimento de seus discentes de modo criativo, multifacetado e socialmente responsável. A ênfase na integração durante a trajetória da aprendizagem é uma estratégia que visa ampliar o leque do universo do conhecimento específico, para além da especialidade. A integração se estabelece a partir de inovações metodológicas, avaliação continuada, relações teoria-prática e ensino-serviço, interdisciplinaridade e o incentivo a percursos curriculares mais abertos, flexíveis, contemplando as atividades complementares, entre outras formas ampliar o horizonte cultural.

Nessa perspectiva, o processo educativo deve contribuir para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional. A Faculdade de Anicuns deseja, dessa forma, formar profissionais criativos, críticos e reflexivos, aptos à inserção no mundo do trabalho e para a participação no desenvolvimento e no crescimento



socialmente sustentáveis.

A UNESCO definiu quatro grandes pilares que sustentam a educação superior. É neles que se estabelece a Política de Ensino da Faculdade de Anicuns, a saber:

- Aprender a conhecer
- Aprender a fazer
- Aprender a viver
- Aprender a ser

Com base nesses pilares, a política de ensino da Faculdade de Anicuns está pautada nos seguintes princípios:

- Formação generalista e pluralista, respeitada a especificidade do conhecimento;
- Sólida formação geral, necessária para que o egresso possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento;
- Articulação entre teoria e prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como, os estágios, as atividades complementares e a participação em atividades de extensão;
- Articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Avaliação periódica das atividades desenvolvidas; e
- Acompanhamento dos egressos.

A Faculdade de Anicuns incorpora aos seus cursos abordagens que busquem:

- A construção coletiva;
- A interação recíproca com a sociedade;
- A construção permanente da qualidade de ensino;
- A integração entre ensino, pesquisa e extensão; e
- A extensão voltada para seus aspectos fundamentais.

A Instituição caminha para uma proposta de mudança no paradigma educacional, deixando de entender o ensino como foco, para centrar-se no aluno e na aprendizagem. Dessa forma, a Instituição estuda implantar 20% da carga horária dos cursos de graduação já reconhecidos (bacharelados e licenciatura), na modalidade de Educação a Distância (EaD), com característica semipresencial. Essa decisão encontra-se amparada pela Portaria MEC - Nº 4.059 de dezembro de 2004 e oportuniza maior flexibilidade ao ensino.



a) Objetivos

1. Fortalecer o ensino do ensino de graduação, ampliando a sua qualidade;
2. Consolidar a interação entre a graduação, a pós-graduação, a extensão e a cultura
3. Instituir programas periódicos de educação continuada, para docentes e técnico administrativos;
4. Instituir o cronograma de recuperação e/ou adequação dos ambientes de ensino (salas de aula, laboratórios, auditório, dentre outros);
5. Criar grupos de estudo, tendo em vista a adequação/atualização das metodologias de ensino; e
6. Garantir a atualização docente, frente às novas tecnologias educacionais, métodos e técnicas de ensino.

b) Estratégias

1. Estimular a prática, a experimentação e a reflexão nos diversos cursos;
2. Incentivar os cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas), tendo em vista a constante atualização/modernização, intercâmbios crescimento e ampliação;
3. As ações previstas no planejamento do ensino alinham-se às demandas científicas e sociais, como meio de fazer da formação profissional um instrumento de crescimento e desenvolvimento socialmente responsáveis; e
4. Criar espaços nas redes sociais, como instrumentos de interlocução dos cursos entre si e com a sociedade.

c) Ações

1. Implantar novos cursos de graduação durante a vigência do PDI;
2. Elaborar projetos para os novos cursos a serem implantados na vigência do PDI;
3. Elaborar e implantar os regulamentos e ordenamentos institucionais;
4. Capacitar os docentes para os novos cursos;
5. Ofertar 20% da carga horária em EAD nos cursos de graduação;
6. Elaborar cursos para formação continuada e atualização pedagógica dos professores;
7. Ampliar o quantitativo de equipamentos/materiais, tendo em vista a utilização de novas tecnologias educacionais;
8. Avaliar, periodicamente, os PPCs dos cursos e o PDI / PPI;
9. Acompanhar/ Monitorar os programas de ensino nas suas atividades;



10. Criar fóruns de debate acerca dos currículos e suas finalidades;
11. Criar o Núcleo Institucional Pedagógico (NIPE), composto por todos os setores diretamente ligados à Direção Geral; São eles: Avaliação Institucional; Procuradoria Institucional; Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação; Coordenação de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer; Coordenação de Prática Jurídica; Centro Jurídico; e todas as Coordenações dos Cursos ofertados na IES;
12. Divulgar os cursos e seus trabalhos, junto à sociedade;
13. Criar instrumentos de avaliação do ensino de graduação;
14. Diversificar o campo prático dos cursos, por meio de convênios/parcerias com instituições públicas e privadas;
15. Apoiar as inovações das propostas didáticas;
16. Estimular o programa de monitoria voluntária, como alternativa às Atividades Complementares;
17. Estruturar a Política Editorial, tendo em vista a publicação e divulgação da produção acadêmica dos professores e estudantes; e
18. Estimular a atualização didático-científica do corpo docente.

3.11. Política de Extensão e Cultura

A Faculdade de Anicuns fortalece a extensão como instrumento de diálogo com a sociedade e que expressa a relação indissociável com o ensino e a pesquisa, dando a estes um sentido social, conforme prevê o Art.207 da Constituição Federal.

A Instituição desenvolve atividades de extensão que se caracterizam pela promoção da articulação entre a Instituição e a comunidade externa, viabilizando a transferência dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino e de pesquisa, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela Instituição, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

Os temas abordados nas atividades e projetos de extensão balizam-se nas políticas públicas em especial na comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho.

Estas atividades e projetos estão institucionalizados da seguinte forma:

- Programas de extensão –reunindo um conjunto de projetos;
- Projetos isolados - de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico



com objetivo definido e prazo determinado;

- Cursos de Extensão - de caráter teórico ou prático, planejados e organizados de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e processo de avaliação formal;
- Eventos -apresentação e exibição pública e livre ou, também, com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Instituição, a saber:
 - Seminários – eventos científicos de curta duração
 - Ciclo de Debates
 - Exposições – exibição pública de obras de arte, produtos, serviços
 - Festivais – séries de ações/eventos culturais ou esportivos
 - Prestação de Serviço Institucional – realização de trabalho oferecido pela Instituição ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa) sob a forma de consultorias, assessoria e outras atividades não incluídas nas modalidades anteriores, e que utilizam recursos humanos e materiais da Instituição. A prestação de serviço se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem.

a) Objetivos

1. Implementar a política de extensão, como espaço de integração dos cursos com os vários organismos sociais;
2. Viabilizar condições de integração entre o ensino, a pesquisa e a pós-graduação;
3. Criar espaços de vivência para os cursos, como meio de favorecer a leitura de realidade;
4. Disponibilizar serviços à sociedade;
5. Buscar a interação do ensino e da pesquisa com a sociedade, a partir de suas demandas;
6. Estabelecer diálogo entre o saber acadêmico e o saber popular, tendo em vista a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática;
7. Socializar o conhecimento acadêmico, buscando a participação efetiva da sociedade na vida da Faculdade de Anicuns;
8. Formar profissionais-cidadãos, com consciência ética, política e social;
9. Participar das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural do micro e mesorregiões; e



10. Implantação de projetos interativos com os egressos.
-
- b) Estratégias
 1. Estimular as práticas integradas entre o ensino de graduação, a pesquisa e a pós-graduação;
 2. Estabelecer cronograma de palestras sobre as questões de interesse da sociedade, na sua área de atuação e afins;
 3. Divulgar as ações de extensão;
 4. Propor convênios/parcerias com instituições públicas e privadas;
 5. Instituir a obrigatoriedade das atividades de extensão em todos os cursos, condizentes com os objetivos dos PPCs; e
 6. Criar sistema para interagir com os egressos.

 - c) Ações
 1. Institucionalizar a prestação de serviços permanentes de atendimento às necessidades da sociedade e do mercado;
 2. Definir e estabelecer e parcerias estratégicas com a comunidade externa;
 3. Firmar convênios de financiamento das atividades de extensão, buscando parcerias para tal fim;
 4. Criar/Inovar programa de divulgação para as empresas, das atividades de extensão desenvolvidas pela Instituição;
 5. Revitalização da Empresa Júnior;
 6. Melhorar a qualidade do Núcleo de Prática Jurídica-NPJ;
 7. Consolidar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania;
 8. Consolidar o Núcleo de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer;
 9. Promover cursos de nivelamento estudantil;
 10. Elaborar e implantar o Projeto de Acompanhamento de Egresso; e
 11. Instituir um sistema de avaliação dos egressos.

3.12. Política de Pesquisa

O Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação na Faculdade de Anicuns, com a participação



de docentes mestres e doutores, levanta discussões acerca do estabelecimento de linhas de pesquisa e da cultura de elaboração de projetos a serem financiados pelas agências de fomento. Assim, criam-se condições para a pós-graduação *stricto sensu*.

A Instituição ressalta a necessidade de incentivar a pesquisa como apoio necessário à qualificação do ensino, com base nos seguintes princípios:

- O conhecimento científico, como mola propulsora do retorno à sociedade dos serviços e projetos;
- O compromisso social com as demandas da região, a partir do desenvolvimento de pesquisas;
- A pesquisa como fomento à disseminação do saber;
- A pesquisa como promotora do ensino e da extensão, tendo em vista a contribuição à sociedade; e
- A pesquisa como parte da cultura da instituição de ensino superior.

De acordo com o seu Regimento, a Instituição incentiva a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, principalmente:

- Pelo cultivo da atividade científica e do estímulo ao pensar crítico em qualquer atividade didático-pedagógica;
- Pela ampliação e qualificação de serviços como: biblioteca, documentação e divulgação científica;
- Pelo estímulo à formação de pessoal em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu;
- Pela concessão de bolsas de estudos ou de auxílios para a execução de projetos;
- Pela realização de convênios com entidades de fomento à pesquisa;
- Pelo intercâmbio com instituições científicas; e
- Pela programação de eventos científicos e participação em congressos, simpósios, seminários e encontros.

A pesquisa, progressivamente, deve ser desenvolvida em todos os cursos da faculdade de Anicuns, envolvendo professores e alunos e técnicos, quando requerido, para atender às especificidades das áreas.

As atividades de pesquisa são coordenadas pelo Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação que tem por finalidade estimular e promover as atividades de pesquisa no Faculdade de Anicuns, dando-lhes o necessário suporte.



Para executar as atividades de pesquisa, a Faculdade de Anicuns, juntamente, com a sua Mantenedora, Fundação Educacional de Anicuns pode alocar recursos próprios de seu orçamento anual e/ou fazer uso da captação de recursos de outras fontes.

a) Objetivos

1. Estimular o avanço científico e tecnológico e o intercâmbio entre pesquisadores;
2. Estruturar um banco de dados como instrumento de apoio ao ensino, à pós-graduação e a extensão;
3. Contribuir para a atualização dos cursos de graduação;
4. Despertar o interesse pela investigação científica, a partir da criação da Iniciação Científica; e
5. Contribuir para a geração do conhecimento nas diversas áreas.

b) Estratégias

1. Consolidar os Núcleos de Pesquisa e Pós-Graduação e o Núcleo de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer;
2. Consolidar linhas de pesquisa;
3. Adotar política de captação de recursos para financiamento à pesquisa, com fundos não retornáveis;
4. Estabelecer parcerias com empresas públicas e privadas para a realização de pesquisa; e
5. Fomentar a produção científica.

c) Ações

1. Elaborar o Regimento do Comitê de Ética;
2. Criar as linhas de pesquisa para a Faculdade;
3. Promover a divulgação da política de pesquisa;
4. Criar bolsas de iniciação científica;
5. Criar a figura do bolsista voluntário;
6. Estimular a participação do aluno de graduação nas atividades de pesquisa
7. Inovar os instrumentos de divulgação dos produtos de pesquisa;
8. Consolidar o Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação;
9. Organizar seminários, feiras e exposições de pesquisa, com a participação da comunidade externa; e



10. Fortalecer e divulgar a Revista Científica da Faculdade de Anicuns - "GUANICUNS", como instrumento de ampliação e socialização do conhecimento produzido.
11. Criar o Comitê de Ética em Pesquisa.

3.13. Política de Pós-Graduação

A Instituição pretende criar cursos de pós-graduação *lato sensu* e *Stricto sensu*, em médio prazo, para buscar a contínua formação de docentes, pesquisadores e profissionais, contribuindo, dessa forma, para o surgimento de lideranças sociais, culturais, políticas e empresariais na região.

A Pós-graduação representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico do país.

Com esse entendimento a Faculdade de Anicuns pretende oferecer cursos de Pós-Graduação *lato sensu* nos anos de 2018-2019 e planejar para médio prazo, em parceria com Universidades conceituadas, oferecer cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado acadêmico e ou profissionalizante).

Atualmente, não apenas o setor empresarial, mas o setor público e o social exigem, cada vez mais, maior qualificação profissional. A graduação passa a ser, apenas, o primeiro estágio dessa qualificação. O contexto de crescente inovação tecnológica e a rapidez das informações numa economia globalizada altamente competitiva impõe uma permanente atualização e uma qualificação profissional múltipla, mas necessariamente especializada. A pós-graduação surge nesse cenário, como a ferramenta capaz de prover o diferencial necessário ao profissional, não apenas para seu ingresso no mundo do trabalho, mas também para sua permanência e crescimento.

Nessa perspectiva, em linhas gerais, o desenvolvimento de um programa no campo da pós-graduação, observado os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos oficiais e em sintonia com as novas exigências de inserção da sociedade contemporânea, norteia-se por dois grandes eixos de atuação:

1. Gerar conhecimentos que possam ser aplicados à ciência, à sociedade em geral e na melhoria do ensino de graduação por meio:
 - a. Do desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem e da ampla articulação didático-científica, com retorno para o aperfeiçoamento e



- atualização das matrizes curriculares dos cursos de graduação;
- b. Do desenvolvimento de pesquisas aplicadas, ampliando o domínio das áreas de conhecimento a que estão afetas, adaptando-as à inovação tecnológica e ao surgimento de novas abordagens teóricas; e
 - c. Da integração dos alunos de graduação em programas de iniciação à investigação científica, buscando despertar vocações e incentivar, entre os estudantes de graduação, talentos potenciais para pesquisa e, em consequência, para a produção científica e para o ensino.
2. Promover a integração da Faculdade com a comunidade local, numa articulação entre o saber produtivo e o saber social, de modo competitivo, mas também, cooperativo, por meio:
- a. Da formação de profissionais qualificados para a docência, investigação e atuação no mercado de trabalho, fomentando cursos de pós-graduação;
 - b. Da promoção e desenvolvimento de parcerias, intercâmbios e outras formas de associação com outras instituições acadêmicas, setor empresarial, setor público e terceiro setor;
 - c. Da busca de alternativas para programas de pesquisa e pós-graduação, identificando áreas de interesse e vocação institucional para criar linhas de pesquisa coerentes e articuladas;
 - d. Da criação de programas de extensão que possibilitem a inserção dos alunos em projetos sociais que estimulem a participação cidadã.

Ainda, como diretriz de ação no campo da Pós-graduação, propõe-se que o modelo tradicional que privilegia apenas atividades acadêmicas voltadas à docência e à investigação, seja associada a uma estrutura mais flexível, com a criação de cursos de pós-graduação x cursos profissionalizantes que atendam à demanda do mercado por profissionais mais preparados para lidar com novos cenários políticos, econômicos, sociais, com novas técnicas e novos desafios.

Essa flexibilização nas práticas das ações não compromete a qualidade, nem reduz a missão ou o seu papel institucional, mas está sintonizada com as exigências da sociedade contemporânea e vai refletir a capacidade da Instituição em dar respostas às demandas sociais emergentes.

A qualidade da pós-graduação é assegurada pela observância às seguintes diretrizes gerais, aplicáveis aos cursos oferecidos:

1. Assegurar condições de infraestrutura física, de equipamentos, laboratórios, biblioteca



- especializada e de serviços informacionais que garantam desenvolvimento sistemático, harmônico e permanente dos cursos e programas de pós-graduação;
2. Estabelecer regime de trabalho compatível e condições de trabalho adequadas aos professores envolvidos nos cursos e programas;
 3. Estabelecer parcerias com a comunidade acadêmica nacional e internacional;
 4. Estabelecer a conexão entre a pós-graduação, os cursos de graduação, e as atividades de pesquisa e de extensão.

Compete a Congregação deliberar sobre a criação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de pós-graduação, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei.

A política de pós-graduação é um exercício de construção de parâmetros que balizam a atuação da Faculdade de Anicuns, de forma mais eficiente, para atingir seus objetivos e metas no campo da pós-graduação, consoante diretrizes que buscam fornecer respostas aos desafios impostos no cumprimento de sua missão institucional. Dentro desta perspectiva, entende-se que as atividades de pós-graduação e pesquisa não podem estar dissociadas, devendo caminhar juntas e integradas num sistema de interação e complementaridade constante e sistemática.

As atividades de Pós-graduação devem ser realizadas em estreita relação com a graduação, visando à melhoria e à renovação desse nível. Esta integração graduação/pós-graduação deve ocasionar na melhoria da qualificação dos docentes e na melhoria da atuação desses professores na graduação, através de uma ampla articulação didático-científica.

a) Objetivos

1. Capacitar profissionais graduados, no domínio científico, técnico e tecnológico nas áreas específicas do saber ou da profissão;
2. Garantir a educação continuada para os egressos dos cursos de graduação;
3. Possibilitar o espaço de interação entre a graduação e a pós-graduação;
4. Ofertar cursos que venham ao encontro das necessidades sociais e de mercado;
5. Buscar convênios e parcerias com instituições públicas e privadas tendo em vista o atendimento às demandas localizadas;
6. Cooperar com o mundo do trabalho, com os setores científico, tecnológico e econômico;
7. Colaborar com o desenvolvimento socialmente sustentável (local, regional e nacional);
8. Potencializar o uso de metodologias e tecnologias da informação e comunicação.



b) Estratégias

1. Criar, periodicamente, cursos de especialização e aperfeiçoamento;
2. Promover palestras públicas acerca de temas atuais de interesse da sociedade;
3. Propor convênios com instituições públicas e privadas visando à qualificação de profissionais;
4. Criar, a médio prazo, um Mestrado – Acadêmico ou Profissionalizante, em parceria com outras instituições.

c) Ações

1. Divulgar e implementar a política de pós-graduação (lato e stricto sensu)
2. Definir os programas de pós-graduação com base na identificação das necessidades locais e regionais;
3. Criar cursos de pós-graduação lato sensu;
4. Firmar convênios com instituições públicas e privadas para o oferecimento de curso de pós-graduação stricto sensu;
5. Firmar convênios e/ou intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de ensino, para a realização de cursos.

3.14. Política de Responsabilidade Social

A Política de Responsabilidade Social cumpre o papel de atuar em questões de relevância social, colaborando para a formação crítica e ética de seus egressos.

A responsabilidade social tornou-se um dos eixos para as Instituições de Ensino Superior que têm o objetivo de formar o profissional cidadão. Nessa perspectiva, é papel das Instituições de Ensino Superior promover a reflexão e o questionamento sobre a responsabilidade social, na formação dos alunos, como futuros agentes de transformação das questões sociais do País e, ao mesmo tempo, executores de ações afirmativas na promoção da igualdade de condições, tendo em vista a inclusão social.

A Instituição está inserida no município de Anicuns que possui uma população de 18.503 habitantes (Censo IBGE de 2022), não se configura entre os 10 maiores municípios no Produto Interno Bruto (PIB) no Estado de Goiás, ou seja, com maiores contribuições para a geração de renda, possui o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M de 0,714, portanto, convive com um hiato social significativo.



Assim, percebe-se a falta de oportunidade para a continuidade dos estudos, o que leva à baixa qualificação para ocupação dos postos de trabalho, gerando desemprego. Nesse sentido, a Instituição contribui com a oferta de cursos de interesse do mercado e da sociedade e busca, no seu *locus* de inserção, levar o corpo docente e discente a traduzirem os conteúdos ministrados em ações de cunho social, como vivências que colaboram para a formação dos profissionais enquanto cidadãos responsáveis socialmente, na sua futura área de atuação.

O papel do Faculdade de Anicuns, nesse cenário, como primeira e única Instituição de Ensino Superior a se instalar no município, é o de contribuir para o desenvolvimento local com projetos que tenham continuidade, promovam a auto sustentabilidade e a construção da cidadania plena. O desenvolvimento de projetos que promovam a interação entre a Instituição e a sociedade potencializa a contribuição da Instituição como Socialmente Responsável.

a) Objetivos

1. Propor projetos que possibilitem a vivência e a leitura da realidade social;
2. Estreitar as relações entre a Faculdade de Anicuns e a sociedade, identificando os problemas sociais emergentes, em especial, os locais e os do micro e mesorregiões;
3. Promovendo ações de impacto social, a partir da aproximação do conhecimento e das novas tecnologias frente à realidade social;
4. Priorizar as práticas relacionadas às necessidades sociais mais emergentes, relacionadas à área de atuação dos cursos;
5. Fortalecer os conteúdos da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável na elaboração dos projetos de Responsabilidade Social;
6. Oferecer oportunidade aos acadêmicos de conhecerem a realidade em que atuarão como profissionais e cidadãos na sociedade; e
7. Realizar atividades em parceria com empresas e outras instituições tendo em vista o desenvolvimento da comunidade.

b) Estratégias

1. Promover eventos abertos à comunidade;
2. Buscar parcerias com as lideranças locais - associações comunitárias, igrejas, organizações não governamentais, secretarias municipais, dentre outros; e
3. Divulgar as ações do Faculdade de Anicuns na comunidade.

c) Ações



1. Realizar campanhas de cunho específico, de acordo com as demandas sociais;
2. Realizar, anualmente, o projeto “Liquida Mix”, em parceria com os lojistas do município e Sebrae;
3. Realizar Ciclos de Palestras com a participação da Secretaria da Mulher, Associação das Donas de Casa, Juízes da Infância e Juventude, Conselhos de Educação, dentre outros;
4. Realizar Campanhas de interesse da comunidade;
5. Efetivar parcerias com os veículos de comunicação;
6. Desenvolver eventos específicos de assessoramento aos Pequenos Empresários e aos Empresários Individuais (contábil, administrativa, jurídica, logística, pedagógicas, dentre outras);
7. Realizar, nas empresas agroindustrial, cursos de pequena duração, com a finalidade de qualificar os funcionários em serviço;
8. Comemorar, anualmente, o “Dia Nacional da Responsabilidade Social”;
9. Realizar apresentações musicais de dança e de teatro etc;
10. Realizar shows como os “Talentos do Faculdade de Anicuns”;
11. Levantar os indicadores sociais da região do entorno do Faculdade de Anicuns, para subsidiar ações dos diversos cursos; e
12. Ofertar cursos de nível técnico para ampliar a empregabilidade.

3.15. Política de Inclusão Social

A Instituição, atendendo ao disposto na legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do Art. 3º da Portaria MEC Nº 4.361/ 2004, de 29 de dezembro de 2004, estruturou a sua Política de Inclusão Social.

Com a política de inclusão social, a Faculdade de Anicuns expressa o reconhecimento das barreiras sócio educacionais que dificultam o acesso dos alunos aos cursos que oferece e à permanência nestes, de muitos jovens. Busca, assim, mecanismos de atuação junto aos candidatos e alunos, mantendo sua finalidade específica de oferecer ensino, pesquisa e extensão, sempre investindo na qualificação da formação de seus estudantes em todas as fases desse processo. Compreende, também, a importância social e acadêmica de ter, em todos os seus cursos, uma representação social, cultural e étnica mais consoante com a sociedade multicultural em que se vive, assegurando que todas as opiniões se façam presentes, ao longo da vivência acadêmica dos estudantes, bem como, a diversidade na produção do conhecimento.



A exclusão social é problema para a educação em geral e para a educação superior em particular, apresentando-se de modo especialmente agudo para as instituições particulares de ensino. Embora o problema extrapole a capacidade das IES para enfrentá-lo e superá-lo sozinhas, não há dúvida de que a elas cabe, pela função que desempenham, assumir com lucidez e esforço, a partir da esfera de suas atribuições específicas, responsabilidades e compromissos com propostas e ações destinadas a contribuir, de forma positiva, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

É evidente que o processo escolar contribui para a democratização do processo social e que a formação acadêmica tem uma contribuição significativa a dar para a consecução desse objetivo. Assim, buscará trabalhar a diversidade, reconhecendo a heterogeneidade das condições dos candidatos/alunos, buscando elevar o nível da formação com o objetivo de não reproduzir a desigualdade presente no ingresso.

A Instituição reconhece seus compromissos com a questão e sua responsabilidade em contribuir para sua superação, entendendo que pode e deve tomar medidas específicas, intervindo nas condições de ingresso, considerando em seu processo seletivo as peculiaridades da formação oferecida pelo ensino médio na escola pública e apoiando candidatos desfavorecidos social e culturalmente, antes, durante e após o ingresso.

A Faculdade de Anicuns tem clareza do alcance dessas medidas, mas tem igualmente comprovado que representam uma contribuição significativa para a ampliação e a democratização das possibilidades de ingresso, ao mesmo tempo em que preservam os critérios de mérito, de modo a que ingressem na Instituição aqueles candidatos com mais possibilidades de aproveitamento.

A Instituição apoia as iniciativas voltadas ao acesso de estudantes negros, afrodescendentes e indígenas ao ensino superior, desenvolvendo cursos complementares e elaborando estratégias para o acompanhamento do desempenho acadêmico desses alunos. Nesse sentido, a Instituição pretende auxiliar o Projeto Nacional de Inclusão Social do Governo federal.

A Instituição implementa ações acadêmico-administrativas para garantir no desenvolvimento de suas atividades. Dentre elas:

1. Firmamento de convênios com entidades sem fins lucrativos oferecendo descontos de mensalidades; (APAE Mozarlândia);
2. A integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias;
3. A interdisciplinaridade, caracterizada pela interação de modelos e conceitos



complementares, de material analítico e de metodologia, com ações interprofissionais e interinstitucionais, com consistência teórica e operacional que permitam a estruturação das diversas ações propostas;

4. A geração de produtos ou processos como publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão; e
5. O impacto social, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuindo para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e para a ampliação de oportunidades educacionais para afro-brasileiros, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação.

A Instituição se empenha na articulação da relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, tendo em vista ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais visando:

1. Contribuir para a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas nacionais;
2. Aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores das necessidades concretas da sociedade;
3. A descoberta de novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico;
4. A experimentação de alternativas metodológicas de trabalho, de ensino e de pesquisa;
5. O desenvolvimento de atitude proativa diante dos desafios da ampliação do número de estudantes negros e índios na vida acadêmica, em especial, nos cursos em que eles se encontram sub representados.

a) **Objetivos**

1. Desencadear o processo de inclusão digital, de forma integradora;
2. Socializar o acesso à internet;
3. Promover o acesso à informação e às novas tecnologias;
4. Incentivar o processo permanente de auto aprendizado e de aprendizado coletivo em tecnologias de tratamento da informação;
5. Fortalecer a organização de comunidade e a democracia participativa, mediante a criação de listas de discussão, sítios para a divulgação de informações e notícias, fóruns eletrônicos para debate e outras modalidades de interação da comunidade;



6. Formar multiplicadores, aptos a atuarem em programas de inclusão digital desenvolvidos no ambiente interno e externo à instituição, envolvendo comunidades indígenas, sindicatos, associações, entre outros; e
 7. Oferecer, aos alunos ingressantes, cursos de capacitação para uso de ferramentas básicas em informática, correio eletrônico institucional, acesso à internet e ambiente para digitação de trabalhos acadêmicos.
- a) Estratégias
1. Divulgar os cursos do Faculdade de Anicuns, junto aos alunos da EJA e do ensino médio regular da rede pública e da iniciativa privada; oferecer bolsa de 50% para 5 melhores alunos do Colégio Militar obedecendo as notas finais do terceiro ano dos candidatos inscritos no CAD Único;
 2. Debater acerca das carreiras e profissões nas escolas de ensino médio regular e EJA;
 3. Ofertar a inclusão digital aos alunos ingressantes e à comunidade, em parceria com a sociedade civil;
 4. Estabelecer parcerias com empresas e outras organizações, para qualificação de mão de obra; e
 5. Elaborar projeto para ensino de línguas estrangeiras, buscando apoio das embaixadas.
 6. Disponibilização de professores de apoio aos acadêmicos que necessitarem.
- b) Ações
1. Integração das ações desenvolvidas na comunidade à formação técnica e cidadã do estudante-produção de novos conhecimentos e novas metodologias;
 2. Geração de produtos ou processos como: publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão;
 3. Utilizar alternativas metodológicas que aproximem o saber científico ao saber popular;
 4. Atuar na rede pública de ensino, visando à melhoria da aprendizagem, no ensino médio regular e EJA;
 5. Identificar a defasagem de conteúdo, nos alunos ingressantes, para programar ações intensivas de nivelamento e inclusão digital; e
 6. Identificar as dificuldades socioeconômicas e culturais, para propor ações afirmativas de apoio ao estudante.



3.16. Política de Gestão Acadêmica

Pensar a gestão do processo acadêmico pressupõe a existência de uma administração que garanta condições operacionais e recursos necessários para a consecução dos seus objetivos e metas. Nesse sentido, as diretrizes políticas e estratégicas de operacionalização estão elencadas neste PDI, sob a forma de programas e projetos específicos. O planejamento institucional tem como objetivo proporcionar à Instituição um modelo de estrutura organizacional que lhe permita viabilizar a consecução de sua missão, objetivos e metas.

O modelo de planejamento adotado busca viabilizar o desenvolvimento do PDI, na perspectiva de uma política construída em uma conjuntura complexa e dinâmica, permitindo conviver com as necessidades, tensões, relações de forças e negociações peculiares ao contexto educacional.

A política institucional de gestão acadêmica da Faculdade de Anicuns pode ser explicitada com base nos seguintes princípios fundamentais da organização:

1. Unidade de patrimônio e administração;
2. Estrutura orgânica com base em cursos, vinculados à administração superior;
3. Unidade de funções do ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes;
4. Racionalidade de organização com plena utilização dos recursos materiais e humanos;
5. Flexibilidade de métodos e critérios, tendo em vista as diferenças individuais dos alunos, as peculiaridades locais e regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão.

Os eixos centrais da gestão institucional estabelecem:

- a) Adoção de um modelo de organização que, em todos os planos, conduza à realização da missão institucional;
- b) Organização integrada a um padrão geral de administração flexível e baseada na informação, na informatização e no domínio das novas tecnologias de comunicação; e
- c) Planejamento acadêmico capaz de conviver com mudanças e de estimular a inovação.

O modelo desenhado para a Faculdade de Anicuns dispõe de organização formal com estrutura simples, que visa propiciar à administração agilidade e flexibilidade, para responder às necessidades da Instituição e às exigências modernas de gestão. Tal modelo permite, ainda, ampliar a transparência, a rapidez das respostas e a comunicação entre os segmentos que compõem a dinâmica institucional.



A estrutura organizacional caracteriza-se por níveis hierárquicos responsáveis pela formulação, deliberação e execução das atividades institucionais, que se interpenetram, objetivando a qualidade da formação profissional e da gestão, possibilitando a implantação das medidas propostas e do crescimento institucional.

Os órgãos de deliberação e de execução são concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, possibilitando a cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

No que se refere à gestão institucional, esta exige que a função gerencial seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da Instituição e tenha a capacidade de responder as demandas e as expectativas da comunidade interna e externa; reconstruir, quando se fizer necessário, as ideias e os conteúdos do PDI; acompanhar as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam a Instituição e o ensino superior; aperfeiçoar o processo de avaliação de modo a reunir estudos e orientações que subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas que conduzam à execução do PDI.

Apresentamos a seguir, outras ações, de forma a completar e/ou complementar as demais constantes neste PDI:

1. Publicidade e propaganda nas mídias;
2. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Docente (PDD);
3. Qualificação do corpo docente;
4. Ampliação do corpo docente e técnico-administrativo via concurso público;
5. Ampliação e consolidação dos laboratórios;
6. Ampliação do acervo das bibliotecas mediante aquisição de novos exemplares e contratação de biblioteca virtual;
7. Gestão de desenvolvimento Institucional;
8. Execução de obras;
9. Investimento e modernização de mobiliário, equipamentos e tecnologia; e
10. Promoção e desenvolvimento de programa próprio de bolsas (Vide Lei nº. .

Esta política não possui objetivos, estratégias e ações, pois compreende-se que todas as ações anteriores fazem parte desta política.



3.17. Política de Avaliação Institucional

Atualmente, torna-se imperativo no mundo acadêmico-institucional, manter e/ou melhorar a qualidade do ensino ofertado pelas inúmeras instituições do país. Porém, para que se consiga diagnosticar problemas e corrigir falhas, faz-se necessário que cada instituição mantenha uma política de avaliação institucional.

A avaliação institucional deve ser compreendida como um processo permanente e uma ferramenta de grande importância para a gestão, vez que tem como objetivo identificar aspectos que irão subsidiar o setor de planejamento da instituição, para desenvolver ações de forma a sanar as deficiências o quanto antes. Isso, contudo, só se consegue se, ao longo do tempo, a instituição estabelecer, de forma contínua, algumas estratégias para a melhoria qualitativa da instituição e de seus cursos, por meio de elementos que sirvam de análise posterior. Nesse sentido, a avaliação institucional deve oferecer subsídios para tomadas de decisões, além de instaurar o debate acerca do Projeto Institucional definido.

Nesse processo, as funções básicas do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como da infraestrutura da Instituição de Ensino Superior, são temáticas de extrema importância e que não podem deixar de ser abordadas. Por isso, a autoavaliação é um processo permanente de elaboração.

A Faculdade de Anicuns está atento à constante necessidade de aprimoramento da qualidade do ensino por ela ofertada à sociedade anicuense, goiana e brasileira e, por isso, sempre investiu em processos avaliativos.

A Instituição, consciente de sua vocação e responsabilidade, apresenta a sua política de avaliação institucional de forma a também atender, integralmente, à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cria a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) em cada IES do Sistema Federal de Ensino e adotada pelos Sistemas Estaduais de Ensino Superior.

Base de sustentação legal:

- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004;
- Lei Federal nº 10.419, de 19 de maio de 2004;
- Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004;
- Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 09 de outubro 2014.
- Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições; e
- Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições.



a) Diretrizes para a Avaliação na Instituição

O processo de autoavaliação institucional deve fornecer uma visão *global* da instituição, sob uma dupla perspectiva que, segundo o documento, *Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições*, publicada, eletronicamente, pela CONAES/INEP (2004), são as seguintes:

- o objeto de análise é o conjunto de dimensões e/ou eixos, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades da instituição, centrado em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, segundo os diferentes perfis e missões institucionais. Está compreendida, na avaliação da instituição, a gestão, a responsabilidade e compromissos sociais e a formação acadêmica e profissional tendo em vista repensar sua missão para o futuro; e
- os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa, especialmente, convidados ou designados.

Para bem-avaliar uma instituição, não basta levantar as suas deficiências. É, também, importante identificar as qualidades e aspectos fortes da instituição. Quanto aos problemas e carências, além da verificação e da constatação, é importante identificar as suas causas (formalizando o nexo causal da ocorrência da deficiência/carência para toda comunidade institucional), explicitar às possibilidades reais para a superação e estabelecer as ações adequadas e os meios para a transformação desejada.

Em consonância com o anteriormente exposto, a CPA conceberá metodologias de avaliação (e seus respectivos instrumentos operacionais) visando o atendimento integral às diretrizes estabelecidas e às aspirações institucionais explicitadas por toda sua comunidade.

b) Objetivos

A autoavaliação interna é um processo contínuo, por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Em face disso, a Comissão Própria de Avaliação da Faculdade de Anicuns (CPA) deverá sistematizar informações, analisar coletivamente os significados das realizações, desvendar formas de organização, administração e ação, identificar pontos fortes e potencialidades, bem como, pontos que requerem melhorias, e contribuir com estratégias de superação de problemas



e/ou carências.

Para tanto, consta no projeto de avaliação institucional da Faculdade de Anicuns algumas *condições fundamentais* para que sejam atingidos os objetivos desejados. Tais condições são:

1. *dedicação dos membros da CPA*: para planejar e organizar as atividades, manter o interesse permanente pela avaliação por parte dos atores institucionais (docentes, discentes, integrantes do corpo técnico-administrativo e dos gestores), é necessário sensibilizar a comunidade e fornecer assessoramento aos diferentes setores da instituição, e refletir sobre o processo;
2. *participação dos integrantes da instituição*, pois o envolvimento dos atores – por mais diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação;
3. *compromisso explícito dos gestores* da Instituição em relação ao processo avaliativo e seus resultados;
4. *informações válidas e confiáveis*: a informação fidedigna é o elemento fundamental do processo avaliativo e sua disponibilidade aos órgãos pertinentes da instituição será prioritária para a efetividade da ação avaliativa;
5. *uso efetivo dos resultados*: o conhecimento que a avaliação interna disseminará na comunidade institucional deve ter uma finalidade clara, qual seja, a de planejar *ações* destinadas à superação das dificuldades e ao permanente aprimoramento institucional.

Objetivo Geral

Avaliar a Instituição como uma totalidade integrada (que permita a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas) visando à melhoria da qualidade acadêmica e o permanente desenvolvimento institucional.

Objetivos Específicos

- privilegiar o conceito da autoavaliação emancipatória integrada à sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização;
- conscientizar e sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade para que o processo de avaliação seja sinônimo de evolução contínua do ensino, da pesquisa, da extensão e



- da gestão acadêmica democrática e participativa;
- firmar valores que conduzam à permanente e sistemática melhoria de qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão institucional, tendo como base os interesses de docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade, nas áreas de atuação do Faculdade de Anicuns;
 - promover formas de *sensibilização e motivação*, visando a satisfatória condução do processo de avaliação na Faculdade de Anicuns;
 - realizar diagnóstico institucional e avaliação interna na Instituição, considerando a necessidade de: (i) definir e validar instrumentos de coletas de dados para diagnóstico e avaliação interna; (ii) coletar, analisar, interpretar e registrar, de forma permanente e sistemática, a opinião da comunidade acadêmica sobre o ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão acadêmica e a autoavaliação de docentes e discentes sobre o processo didático-pedagógico, na graduação e pós- graduação; (iii) coletar, analisar, interpretar e registrar dados sobre egressos;
 - sintetizar os resultados das avaliações, interna e externa, por meio da produção de relatórios detalhados (analítico e sintético);
 - recomendar metas e ações futuras tendo em vista à melhoria da qualidade de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica;
 - subsidiar o planejamento estratégico e a gestão do Faculdade de Anicuns (gerando conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços ofertados na educação superior;
 - identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e/ou carências;
 - aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
 - fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
 - tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade;
 - prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos (divulgando os resultados das avaliações);
 - (auto)avaliar o *Projeto de Avaliação Institucional*; e
 - (re)avaliar o processo de Avaliação Institucional.



c) Estratégias

1. Criar mecanismos para conscientizar os discentes, docentes e técnicos administrativos da importância de realizar a autoavaliação;

c) Ações

1. Realizar a autoavaliação institucional da Faculdade de Anicuns, anualmente, conforme orientações e normativas vigentes;
2. Promover a sensibilização, junto à comunidade acadêmica, para a realização da autoavaliação institucional da Faculdade;
3. Elaborar o Relatório de Avaliação Institucional, parcial e final, e protocolar junto a CONAES, até 30 de março de cada ano;
4. Validação dos dados pela CPA;
5. Acompanhar as avaliações externas da Faculdade de Anicuns, junto aos órgãos fiscalizadores e normatizadores; e
6. Devolutiva pela CPA dos resultados da autoavaliação para a comunidade acadêmica.



CAPÍTULO IV – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS

4.1. Cronograma de implantação das ações das políticas educacionais

Nos Quadros a seguir, apresentamos as ações constantes em cada política descrita no item anterior, Projeto Pedagógico Institucional – (PDI), onde também constam os objetivos e estratégias, segundo ano de implantação e desenvolvimento.

Quadro 3 - Cronograma de implantação das ações da Política de Ensino.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Implantar novos cursos de graduação durante a vigência do PDI;	X	X	X		
Elaborar projetos para os novos cursos a serem implantados na vigência do PDI;	X	X	X		
Elaborar e implantar dos regulamentos e ordenamentos Institucionais quanto ao Faculdade;	X	X			
Capacitar docente para os novos cursos;	X	X	X		
Ofertar 20% da carga horária em EAD nos cursos de graduação;	X	X	X	X	X
Elaborar cursos para formação continuada e atualização pedagógica dos Professores;	X	X	X	X	X
Ampliar o quantitativo de equipamentos/materiais, tendo em vista a utilização de novas tecnologias educacionais;	X	X	X	X	X
Avaliar, periodicamente, os PPC's dos cursos e o PDI / PPI;	X	X	X	X	X
Acompanhar/ Monitorar os programas de ensino nas suas atividades;	X	X	X	X	X
Criar fóruns de debate acerca dos currículos e suas finalidades;	X		X		X
Criar o Núcleo Institucional Pedagógico (NIPE), composto por todos os setores diretamente ligados à Direção Geral;	X				
Divulgar os cursos e seus trabalhos, junto à sociedade;	X	X	X	X	X
Criar instrumentos de avaliação do ensino de graduação;	X	X	X	X	X
Diversificar o campo prático dos cursos, por meio de convênios/parcerias com instituições públicas e privadas;	X	X	X	X	X
Apoiar as inovações das propostas didáticas;	X	X	X	X	X
Estimular o programa de monitoria voluntária, como alternativa às Atividades Complementares;	X	X	X	X	X
Estruturar a Política Editorial, tendo em vista a publicação e divulgação da produção acadêmica dos professores e estudantes;	X		X		X
Estimular a atualização didático-científica do corpo docente.	X	X	X	X	X



Quadro 4 - Cronograma de implantação das ações da Política de Pesquisa.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Criar o Comitê de ética em pesquisa;	X	X			
Elaborar o Regimento do Comitê de Ética;	X	X			
Criar novas linhas de pesquisa e implementar as existentes, sendo as seguintes linhas: - educação, inclusão e diversidade; - Educação Infantil e Família; - economia, marketing e empreendedorismo.	X	X			
Promover a divulgação da política de pesquisa	X	X	X	X	X
Criar bolsas de iniciação científica; - ampliar a produção científica em 10%	X	X	X	X	X
Implementar a pós-graduação <i>stricto sensu</i> e/ou realizar parcerias visando ofertar programas <i>stricto sensu</i>	X	X	X		
Integralizar a pesquisa com o setor produtivo, governo, organizações e sociedade;	X		X		X
Criar a figura do bolsista voluntário;	X				
Estimular a participação do aluno de graduação nas atividades de Pesquisa;	X	X	X	X	X
Inovar os instrumentos de divulgação dos produtos de pesquisa;	X	X			
Consolidar o Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação;	X				
Organizar seminários, feiras e exposições de pesquisa, com a participação da comunidade externa;	X	X	X	X	X
Fortalecer e divulgar a Revista Científica da Instituição – “GUANICUNS e DIÁLOGOS EM EDUCAÇÃO”, como instrumento de ampliação e socialização do conhecimento produzido;	X	X	X	X	X

Quadro 5 - Cronograma de implantação das ações da Política de Extensão.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Institucionalizar a prestação de serviços permanentes de atendimento às necessidades da sociedade e do mercado;	X		X		
Definir as parcerias estratégicas com a comunidade externa;	X	X			
Firmar convênios de financiamento das atividades de extensão;	X	X	X	X	X
Criar/Inovar programa de divulgação para as empresas, das atividades de extensão desenvolvidas pela Instituição;	X	X			
Revitalizar a Empresa Júnior;	X	X			
Consolidar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania;	X				
Consolidar o Núcleo de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer	X				
Promover cursos de nivelamento estudantil;	X	X	X	X	X
Elaborar, implantar e avaliar do Projeto de Acompanhamento de Egresso;	X	X			



Quadro 6 - Cronograma de implantação das ações da Política de Pós-Graduação.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Implementar a pós-graduação stricto sensu e/ou realizar parcerias visando ofertar programas stricto sensu	X	X	X	X	X
Definir os programas com base na identificação das necessidades locais e regionais	X	X	X	X	X
Divulgar e implementar a política de pós-graduação (<i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>)	X	X	X	X	X
Firmar convênios com instituições públicas e privadas	X	X	X	X	X
Expandir o sistema de informatização da Biblioteca	X				
Firmar convênios e/ou intercâmbios regionais, nacionais e internacionais com instituições de ensino, para a realização de cursos	X	X	X	X	X

Quadro 7 - Cronograma de implantação das ações da Política de Responsabilidade Social.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Realizar campanhas de cunho específico, de acordo com as demandas sociais	X	X	X	X	X
Realizar, anualmente, o projeto “Liquida Mix”, em parceria com os lojistas do município e Sebrae	X	X	X	X	X
Realizar Ciclos de Palestras com a participação da Secretaria da Mulher, Associação das Donas de Casa, Juízes da Infância e Juventude, Conselhos de Educação, dentre outros na comunidade	X	X	X	X	X
Realizar Campanhas de interesse da comunidade	X	X	X	X	X
Efetivar parcerias com os veículos de comunicação	X	X	X	X	X
Desenvolver eventos específicos de assessoramento aos Pequenos Empresários e aos Empresários Individuais (contábil, administrativa, jurídica, logística, pedagógicas, dentre outras)	X	X	X	X	X
Realizar, nas empresas agroindustrial, cursos de pequena duração, com a finalidade de qualificar os funcionários em serviço	X	X	X	X	X
Comemorar, anualmente, o “Dia Nacional da Responsabilidade Social”;	X	X	X	X	X
Realizar apresentações musicais de dança e de teatro etc	X	X	X	X	X
Realizar shows como os “Talentos”	X	X	X	X	X
Levantar os indicadores sociais da região do entorno da Instituição, para subsidiar ações dos diversos cursos	X	X	X	X	X
Ofertar cursos de nível técnico para ampliar a empregabilidade	X		X		X



Quadro 8 - Cronograma de implantação das ações da Política de Inclusão Social.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Integrar as ações desenvolvidas na comunidade à formação técnica e cidadã do estudante-produção de novos conhecimentos e novas Metodologias;	X				
Gerar produtos ou processos como: publicações, cursos, produção de material didático e paradidático, abertura de novas linhas de extensão	X				
Utilizar alternativas metodológicas que aproximem o saber científico ao saber popular	X	X	X	X	X
Atuar na rede pública de ensino, visando à melhoria da aprendizagem, no ensino médio regular e EJA	X	X	X	X	X
Identificar a defasagem de conteúdo, nos alunos ingressantes, para programar ações intensivas de nivelamento e inclusão digital	X		X		X
Identificar as dificuldades socioeconômicas e culturais, para propor ações afirmativas de apoio ao estudante	X		X		X

Quadro 9 - Cronograma de implantação das ações da Política de Gestão Acadêmica.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Publicidade e propaganda nas mídias	X	X	X	X	X
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Docente (PDD)	X				
Qualificação do corpo docente da Faculdade	X	X	X	X	X
Ampliação do corpo docente e técnico-administrativo	X	X	X	X	X
Ampliação e consolidação dos laboratórios	X	X	X	X	X
Ampliação do acervo das bibliotecas	X	X	X	X	X
Gestão de desenvolvimento Institucional	X	X	X	X	X
Ampliar espaço (obras) para atender os novos cursos	X	X	X	X	X
Investir e modernizar o mobiliário, equipamentos e tecnologia	X	X	X	X	X
Promover e desenvolver programa próprio de bolsas	X	X	X	X	X

Quadro 10 - Cronograma de implantação das ações da Política de Avaliação Institucional.

AÇÕES	2024	2025	2026	2027	2028
Realizar a avaliação institucional anualmente	X	X	X	X	X
Promover a sensibilização junto a comunidade acadêmica	X	X	X	X	X
Elaborar o relatório de avaliação institucional para protocolar junto a CONAES	X	X	X	X	X
Acompanhar as avaliações externas da Instituição.	X	X	X	X	X



4.2 - Cursos em funcionamento na Instituição

A Instituição possui os seguintes cursos autorizados, conforme o Quadro 12 a seguir:

Quadro 11 - Cursos de Graduação em funcionamento, 2024.

CURSOS	ATOS DO CEE-GO
Bacharelado em Administração	Resolução CEE/CES nº 39 de 08 de junho de 2017
Bacharelado em Ciências Contábeis	Resolução CEE/CES nº 15 de 23 de fevereiro de 2024
Bacharelado em Direito	Resolução CEE/CES nº 23 de 12 de abril de 2024
Licenciatura em Pedagogia	Resolução CEE/CES nº 20 de 22 de março de 2024
Bacharelado em Enfermagem	Resolução CEE/CEP/CES nº 07 de 17 de fevereiro de 2023

4.3 - Cursos de futura criação na Instituição

Outros cursos de graduação para serem implantados nas áreas de Ciências Agrárias, e Ciência da Saúde, Tecnólogos, Técnico nível médio e Pós-graduação *stricto sensu* estão sendo pensados pela equipe gestora, vale ressaltar que as áreas para futuras ofertas de cursos vão de encontro com as necessidades e vocação regional, conforme o Quadro 13 e Quadro 14 apresentados na página seguinte, sendo:

Quadro 12 - Cursos de Graduação planejados para 2024 a 2028

ÁREA DO CONHECIMENTO	MODALIDADE	CURSO	CRONOGRAMA
Ciências Agrárias	Bacharelado	Agronomia	1º semestre 2024
Ciências da Saúde	Bacharelado	Psicologia	1º semestre 2025
	Bacharelado	Farmácia	2º semestre 2026
Ciências Exatas	Bacharelado	Engenharia da Computação	1º semestre 2026
Tecnólogos	Tecnologia	Estética e Cosmética	1º semestre 2027
	Tecnologia	Logística	1º semestre 2027
	Tecnologia	Segurança no Trabalho	1º semestre 2027
Técnico	Nível Médio	Análise Clínica	1º semestre 2027

Quadro 13 - Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* para futura implantação.

Cursos	Vaga
Mestrado Acadêmico em Educação.	20
Mestrado Interdisciplinar.	20
Mestrado em Direito	20



CAPÍTULO V - PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1. Corpo docente

O corpo docente será constituído por todos os professores permanentes do Faculdade de Anicuns. Entende-se como atividades de magistério superior, aquelas que são adequadas ao sistema indissociável do ensino, pesquisa e extensão e sejam exercidas no Faculdade de Anicuns, com o objetivo de ampliar e transmitir o saber. São também consideradas como atividades de magistério, aquelas inerentes à administração acadêmica, privativas de docentes de nível superior.

5.2. Composição

A carreira do pessoal docente da Instituição será constituída conforme rege a LDB, o Regimento Interno e o Estatuto do Magistério Público Superior Municipal da Fundação Educacional de Anicuns, segue no Quadro 15 logo abaixo, a composição dos docentes em relação a titulação.

Quadro 14 - Composição do Corpo Docente - 2024/2.

Ano	Total	Efetivo	Contrato	Titulação		
				Especialização	Mestrado	Doutorado
2024/2	51	20	31	33	13	05
Docentes efetivos em capacitação				Mestrandos – Término em 2025	01	-
				Doutorando – Término em 2025	-	03

Fonte: Procuradoria Institucional, 2024/2.

5.3. Plano de cargos, carreiras e salários

A Faculdade de Anicuns possui o Regimento Interno, composto pelo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) destinado ao Corpo Docente, que contempla critérios de titulação acadêmica e produção científica, para fins de progresso na carreira. O acesso de um nível horizontal e vertical para outro se dará de acordo com o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) destinado ao Corpo Docente e orientações constante Regimento Interno do Faculdade de Anicuns.



5.4. Critérios de seleção e contratação

O Critério de Seleção para a docência na Instituição é por meio de concurso público realizado pelo próprio da Instituição mediante estudos de demanda e impacto orçamentário.

5.5. Políticas de qualificação do corpo docente

De acordo com o seu Regimento, a Instituição zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizente com sua natureza de instituição educacional bem como por oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico- profissional a seus funcionários.

A Faculdade de Anicuns conta com políticas de qualificação para o corpo docente. A finalidade do desenvolvimento destas políticas é aprimorar a qualificação do corpo docente e promover a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Instituição promove cursos de atualização aos docentes. Também apoia a participação dos docentes em congressos, seminários ou outras atividades ligadas às funções docentes realizadas no Faculdade de Anicuns.

5.6. Cronograma e plano de expansão do corpo docente - vigência do PDI

Em função da proposta de expansão para a criação de novos cursos a serem oferecidos pela Instituição, a equipe gestora propõe, ampliar o quadro em conformidade com a necessidade, com melhorias no percentual de Mestres e Doutores, conforme demonstrado no Quadro 15 este percentual de mestres de doutores tende a aumentar até o final do ano de 2028 devido à realização de mestrado e doutorado por parte dos docentes, diminuindo o número de docentes com apenas a titulação de especialista.

5.7. Corpo técnico-administrativo

A Instituição no segundo semestre do ano de 2024, apresenta a seguinte composição do corpo em relação ao Corpo técnico-administrativo da Instituição conforme demonstrado no Quadro 16 na página seguinte, sendo:



Quadro 15 - Composição do Corpo Técnico-Administrativo EFETIVOS da Instituição, 2024

Ano	Total	Titulação	
		Sem graduação	Graduação
2024/2	30	04	26

Fonte: Instituição, Secretaria Acadêmica, 2024.

5.7. Plano de cargos carreiras e salários

A Instituição possui um Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) destinado ao Corpo Técnico Administrativo, porém estuda-se a sua revisão e/ou nova elaboração de forma a valorizar os servidores.

5.8. Política de qualificação

De acordo com o seu Regimento, a Faculdade de Anicuns zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizente com sua natureza de instituição educacional bem como por oferecer oportunidade de aperfeiçoamento técnico- profissional a seus funcionários.

A Instituição conta com políticas de qualificação para o corpo técnico administrativo. A finalidade do desenvolvimento destas políticas é aprimorar a qualificação do corpo técnico-administrativo e promover a melhoria da qualidade das funções de apoio técnico, administrativo e operacional da Instituição.

A Faculdade de Anicuns oferece cursos de treinamento e atualização profissional aos servidores. Também apoia a participação dos servidores em congressos, seminários ou outras atividades ligadas às funções de apoio técnico, administrativo e operacional realizadas na Instituição.

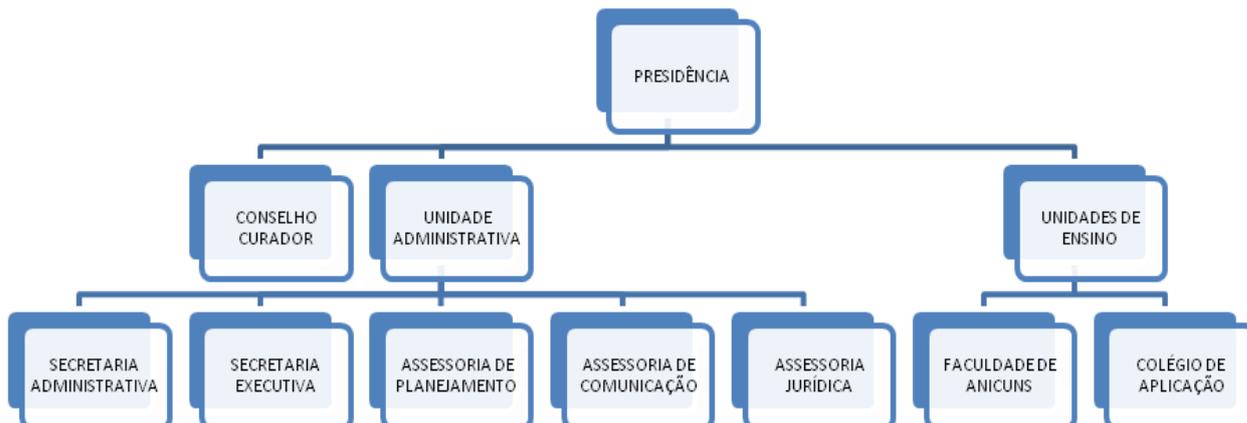


CAPÍTULO VI - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

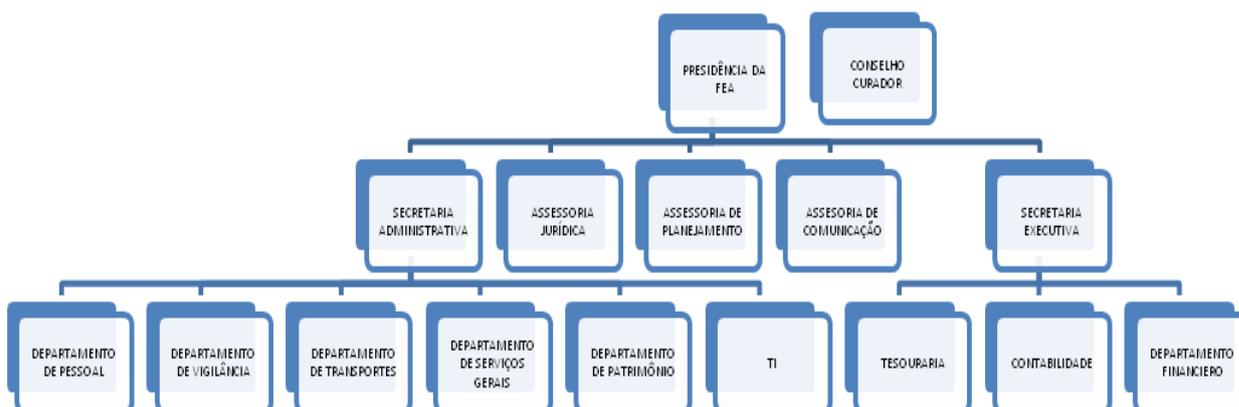
6.1 Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

A seguir apresentamos o organograma da FEA e da Faculdade de Anicuns em vigência segundo consta no Regimento da Instituição, com suas unidades administrativas.

Organograma da Fundação Educacional de Anicuns

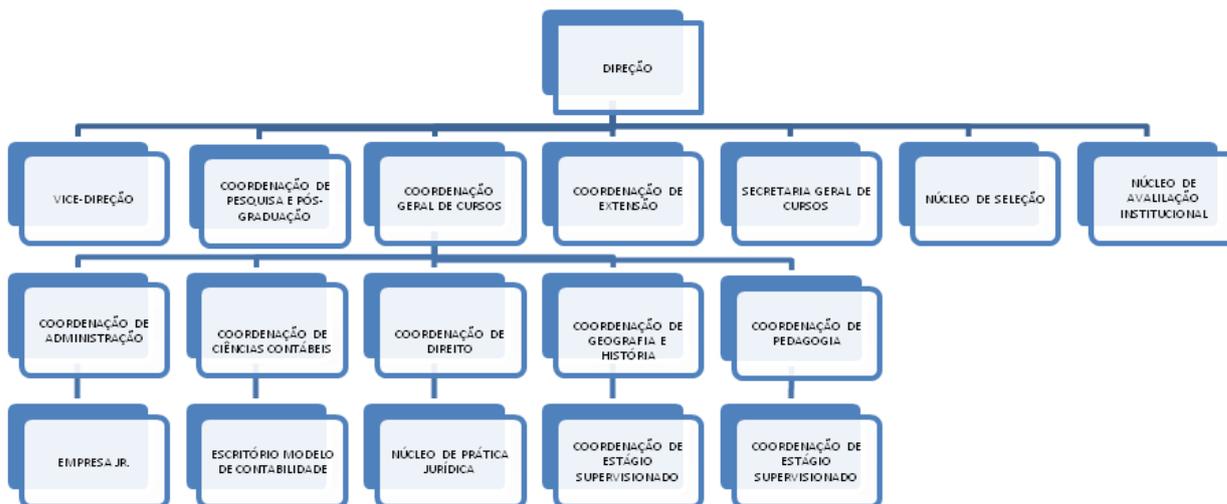


Unidades Administrativas e Serviços Técnico-Administrativos da Fundação Educacional de Anicuns





Unidades Administrativas e Pedagógicas da Faculdade de Anicuns



6.2 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

A Secretaria Geral de Cursos (SGC) é o órgão de apoio e assessoramento à Administração Superior com serviços técnico-administrativo e atendimento ao público, responsável pelo andamento dos serviços da Secretaria.

O secretário tem sob a sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados pelo Regimento e pela legislação vigente.

Compete ao secretário:

- Chefiar a Secretaria Geral fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
- Comparecer às reuniões dos órgãos colegiados, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;
- Abrir e encerrar os termos referentes aos atos acadêmicos, submetendo-os à assinatura do Diretor Geral;
- Organizar os arquivos e prontuários dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou Diretoria da Faculdade;
- Redigir editais de processo seletivo, chamadas para exames e matrículas;



- f. Publicar, de acordo com o Regimento, o quadro de notas de aproveitamento de provas, dos exames e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;
- g. Trazer atualizados os prontuários dos alunos e professores;
- h. Organizar as informações da Diretoria da Faculdade de Anicuns e exercer as demais funções que lhe forem confiadas.

Os serviços de manutenção, de limpeza, de portaria, vigilância e segurança, realizam-se sob a responsabilidade da Mantenedora, funcionam na Faculdade de Anicuns.

A Faculdade de Anicuns dispõe de uma biblioteca física e virtual especializada para uso do corpo docente e discente e da comunidade local e da região, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. A biblioteca, organizada segundo os princípios internacionalmente aceitos da biblioteconomia, rege-se por regulamento próprio.

Os laboratórios de informática, de uso dos corpos docente e discente, contam com espaço físico projetado, climatização, iluminação, *layout* e higienização, adequados para realização da prática pedagógica. Os laboratórios dispõem de equipamentos modernos e conjunto de *softwares* necessários, definidos de acordo com as Coordenações de Curso.

6.3 Instâncias de Decisão Pedagógica



Ilustração: Organograma das Instâncias de Decisão Pedagógica (2017).

Fonte: Regimento Geral da Faculdade de Anicuns (2010).



A Congregação é o órgão de deliberação superior e de instância de recurso em matéria pedagógica e disciplinar. A Congregação é integrada pelas seguintes representações: diretor presidente da FEA; diretor pedagógico; vice-diretor pedagógico; coordenador geral de cursos; coordenadores de cursos; coordenador de pesquisa e pós-graduação; coordenador de extensão; representantes de cada curso; representantes dos servidores técnico-administrativos; por representantes do Conselho Discente (CODI); representantes da comunidade acadêmica e por um representante do Poder Legislativo local, conforme o Art. 6º, Inciso VII do Regimento Interno.

As reuniões de Congregação ocorrem tanto de forma ordinária (no início e no final de cada semestre letivo) quanto extraordinária (quando convocada pelo diretor educacional da Faculdade de Anicuns ou mediante requerimento de seus membros).

A Congregação incumbe-se das funções de: aprovar o Plano Político Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); apreciar relatórios, sejam eles oriundos das diretorias pedagógica ou financeira; sugerir medidas que visem aperfeiçoar e desenvolver atividades da Faculdade; aprovar o calendário institucional; homologar processos eleitorais (direção pedagógica, coordenações de cursos, representações discentes, representações docentes); deliberar a concessão de títulos honoríficos; deliberar providências de cunho preventivo, corretivo, supressivo; aprovar a criação de cursos sequenciais, a distância, tecnológicos, educação continuada, graduação, pós-graduação (*lato-sensu*) e extensão; aprovar o Regimento da Faculdade de Anicuns; aprovar regulamentos de outras esferas pedagógicas que compõem a Faculdade; entre outros.

O Conselho Departamental (CD) é esfera pedagógica de segunda instância. Tem natureza administrativa e acadêmica com funções consultivas, deliberativas e disciplinares sobre a direção e sobre os Departamentos (em primeira instância). Também é órgão executivo e de assessoria à Diretoria.

O CD é constituído pelas seguintes representações: diretor pedagógico; vice-diretor pedagógico; coordenador geral de cursos; coordenador de pesquisa e pós-graduação; coordenador de extensão; coordenadores dos cursos de graduação; representante técnico-administrativo e representante do CODI.

As reuniões do CD dar-se-ão ordinariamente (uma vez por mês) e extraordinariamente (quando convocada pela direção pedagógica e/ou por iniciativa da maioria de seus membros). As decisões tomadas por este órgão serão encaminhadas para a Congregação para fins de homologação.



Entre as competências do CD destacam-se: apreciar relatórios; constituir comissões especiais para analisar assuntos pertinentes à Instituição; apreciar e aprovar lista de indicados para as comissões julgadoras; aprovar projetos e programas pedagógicos; aprovar acordos e convênios com outras entidades sejam nacionais ou estrangeiras e/ou estatais ou privadas; deliberar sobre cursos e programas de extensão e pós-graduação; assessorar a direção da Faculdade; aprovar currículos dos cursos em funcionamento bem como daqueles em processo de implantação; apreciar pedidos de licença; deliberar acerca de casos especiais (matrícula, transferência, aproveitamento de créditos, convalidações, adaptações, distorção curricular, entre outros); analisar processo de concessão de bolsas de estudo e prêmios escolares; deliberar sobre ementas e programas das disciplinas ministradas na Faculdade; regulamentar a realização de processos seletivos (vestibular, concursos públicos, concursos internos); aprovar programas de pesquisa e extensão; aprovar regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); acompanhar o desempenho do corpo docente e estabelecer políticas de acompanhamento dos egressos.

As esferas pedagógicas de terceira instância são definidas pelo Regimento Interno da Faculdade de Anicuns.

Por fim, os Colegiados de Curso incumbem-se de orientar e coordenar as atividades do curso; propor ao Departamento a indicação ou substituição de docentes; elaborar os currículos dos cursos, sugerindo ementas, créditos e pré-requisitos das atividades acadêmicas curriculares que os compõem; referendar os programas das atividades acadêmicas curriculares; coordenar e executar procedimentos de avaliação do curso.

As reuniões do Colegiado ocorrem com a presença de seus respectivos coordenadores pedagógicos juntamente com suas respectivas assistentes (lavram as atas). Também integram as reuniões os respectivos docentes dos cursos acompanhados com representação discente.

6.4 - Autonomia da instituição em relação à mantenedora

A Faculdade de Anicuns é uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Educacional de Anicuns. As suas atividades regem-se principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pelas normativas emanadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE), pelos seus Estatuto e Regimento Interno e demais normas aplicadas ao ensino superior do país.



6.5 - Relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas

A Faculdade de Anicuns desenvolve programas e inúmeras atividades acadêmicas que visam promover a articulação entre a instituição e a sociedade, permitindo, de um lado, a transferência para sociedade dos conhecimentos desenvolvidos com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, assim como, a captação das demandas e necessidades da sociedade, pela instituição educacional, permitindo orientar a produção e o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A Faculdade de Anicuns mantém convênios com entidades e instituições da região, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de formação de pessoal.

Busca-se, também, por meio da celebração de convênios, a parceria com órgãos públicos, instituições, associações, empresas e profissionais da região, para a realização de estágios extracurriculares, promovendo a inserção dos alunos no mundo do trabalho.

A Faculdade de Anicuns organiza e desenvolve estratégias e meios para a comunicação interna e externa, com o objetivo principal de fomentar a divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão; a transparência administrativa; o intercâmbio com a comunidade externa e o entrosamento dos docentes, discentes e técnicos administrativos que integram a comunidade interna.

Atualmente, são utilizados os seguintes mecanismos para comunicação interna e externa: *site* da Instituição (público interno e externo); folhetos, cartazes, faixas, convites, murais (público interno); jornal de circulação interna (público interno); reuniões periódicas com representantes do corpo docente, discente e técnico administrativo (público interno); reuniões periódicas com representantes da comunidade local (público externo); meios de comunicação de massa – jornais, revistas, televisão, rádio e sites (público interno e externo).

Em períodos que antecedem os processos seletivos, para os cursos da Faculdade de Anicuns, é feita divulgação do Edital específico por meio impresso escrita e visual, utilizando vários canais de comunicação, como por exemplo, jornais, televisão, rádio, carro de som nos municípios, Rede Social, Site da Instituição e Internet.



CAPÍTULO VII - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

7.1 - Formas de acesso

A principal forma de acesso a Faculdade de Anicuns, para os cursos de graduação na Instituição é por meio do processo seletivo que acontece semestralmente. Pode-se também ingressar como portador de diploma. No período do processo seletivo é divulgado o Edital específico.

A instituição está inserida numa região agrícola e se preocupa com os alunos trabalhadores da zona agrícola e de baixa renda. Para facilitar o acesso desses promissores estudantes à formação profissional, a instituição concede isenção de taxa de inscrição, proporcionando-lhes a oportunidade de pleitearem uma vaga em um de seus cursos.

7.2 - Programa de apoio pedagógico financeiro

O Programa de Financiamento de Estudos para Alunos Carentes da Instituição tem como finalidade assegurar a permanência e o bom rendimento acadêmico dos alunos com alto potencial acadêmico, mas que apresentam hipossuficiência econômica.

A implementação do programa será efetivada por meio de bolsas de estudos e política de descontos previstas na Lei Municipal nº. 2.214, de 03 de fevereiro de 2023. Conforme previsto em seu Orçamento, o Município de Anicuns investirá a quantia de 1,5% do total de sua receita, somente para este tipo de apoio aos seus alunos. A concessão de bolsas prevê dispensa do pagamento, total ou parcial, das mensalidades escolares, sendo que cada caso será analisado pela Comissão instituída pela Lei acima especialmente para esta finalidade.

Foi firmado convênio com a APAE de Mozarlândia visando a concessão de descontos de 50% no valor das mensalidades para assistidos e familiares, bem como estão sendo viabilizados outros convênios com instituições sem fins lucrativos.

A Faculdade de Anicuns adotará as providências necessárias para aderir ao Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal, considerando ser este mais um mecanismo de inserção e manutenção de alunos que representam hipossuficiência econômica.



7.3 - Estímulo à Permanência

a) Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes nos cursos de graduação, a Instituição dá suporte ao desenvolvimento de cursos de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso. Dessa forma, outros conteúdos podem ser apresentados para nivelamento dos alunos, de acordo com as necessidades observadas pelas Coordenadorias dos Cursos, por indicação dos professores.

b) Apoio psicopedagógico ao discente

A Instituição disponibiliza serviço de acompanhamento psicopedagógico, constituído por comissão específica para dar apoio ao discente. No quadro de professores da Faculdade de Anicuns há psicólogos disponíveis para orientação dos alunos, em seus horários de plantão. O caráter informal do sistema apresenta a vantagem de atuar discretamente, sobre problemas observados encontrando as soluções mais convenientes.

O objetivo do apoio é oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho dos alunos que apresentam dificuldades. Deve contribuir para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

c) Atendimento extraclasse

O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador do Curso e por todos os professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para atendimento extraclasse ao aluno. Essa orientação é feita de forma personalizada e individualmente, mediante a prática de “portas abertas” onde cada estudante pode, sem prévia marcação, apresentar suas dúvidas.

7.4 - Acompanhamento dos Egressos

A Instituição pretende implementar no primeiro semestre do ano de 2026 o Programa



de Acompanhamento do Egresso. O objetivo do programa é manter uma linha permanente de estudos e análises sobre os egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho.

O programa contará, com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

A partir das informações constantes na base de dados será possível estabelecer um canal de comunicação com os egressos, por meio do qual os ex-alunos recebem informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela Instituição.

O retorno dos egressos sobre o ensino recebido é fundamental para o aprimoramento da Instituição. Para tanto, serão aplicados questionários para obter informações sobre o curso realizado (pontos positivos e negativos), a atuação no mercado de trabalho, dificuldades encontradas na profissão, perfil do profissional exigido no mercado, interesse em realizar outros cursos de graduação e pós-graduação. Após a aplicação desse questionário, as respostas serão analisadas e encaminhadas aos gestores da Instituição.



CAPÍTULO VIII – INFRAESTRUTURA

8.1 - Infraestrutura Física

A Instituição funciona em prédio próprio, localizado no Município de Anicuns, no Estado de Goiás e também no Colégio Chagas Guedes em Mozarlândia. Todas as instalações são adequadas para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas.

As salas de aula são bem dimensionadas, com iluminação, climatizadas, mobiliário e aparelhagem específica, atendendo a todas as condições de salubridade necessárias para o exercício dessa atividade. Da mesma forma, as instalações administrativas, para docentes e coordenações de cursos. Há sanitários femininos e masculinos. Há infraestrutura de alimentação, assim como, áreas de convivência e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades culturais. Auditório equipado com mobiliário e aparelhagem específica.

A biblioteca e os laboratórios de informática, instalados em espaços adequados ao desenvolvimento das atividades, estão equipados com o material necessário para o funcionamento dos cursos oferecidos pela Faculdade.

Nos prédios – três Unidades - onde a Instituição funciona são atendidas as normas de segurança, no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios são vistoriados pelo Corpo de Bombeiros, de modo a que as suas condições gerais de funcionamento sejam todas aprovadas. Os prédios estão equipados com extintores, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

As instalações prediais apresentam-se em bom estado de conservação. Além disso, o espaço físico é adequado ao número de usuários. A manutenção e a conservação das instalações físicas são realizadas por funcionários da Fundação Educacional de Anicuns.

A seguir, nas páginas seguintes apresentamos descrição sucinta da infraestrutura das duas (3) Unidades de ensino da Faculdade de Anicuns, sendo a Unidade I, Unidade II e Curso Fora de Sede localizado em Mozarlândia no Colégio Chagas Guedes.

Existe também o Centro de Convenções Anicuns se localiza na Rua São Paulo, Quadra 05, Setor Jardim Arco Verde, três quadras da Unidade I, na entrada da cidade do lado direito, com capacidade é de seiscentas (600) pessoas, são realizadas diversas atividades de cunho acadêmico.



A - Unidade I – é a primeira sede institucional aprovada pela Resolução N. 124, de 16/05/1985, do Conselho Estadual de Educação, que cria a Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns, localizada na Avenida Bandeirante, N. 1.140, Setor Leste, segue no Quadro 20 abaixo a descrição:

Quadro 17 – Infraestrutura física do Faculdade de Anicuns - Unidade I

BLOCO	DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS
A	04 (quatro) Salas de Aula; Sanitários (masculino e feminino); Serviços de Reprografia (Fotocopiadora); Protocolo; Tesouraria; Secretaria Geral de Cursos; Central de Telefonia; Coordenação de Extensão; Coordenação de Pós-graduação; Coordenação de Pesquisa; Sala para: Revista “Guanicuns”; Núcleo Docente Estruturante - NDE; Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia; Núcleo de Pesquisa (atendimento). Núcleo de Prática Jurídica – NPJ (Coordenação); Sala dos Advogados. Centro Judiciário de Conciliação; Secretaria Administrativa; Mini Auditório para 70 lugares
B	12 (doze) Salas de Aula; Sala da Diretoria da Faculdade; Coordenação Geral de Cursos; Ouvidoria; Comissão Própria de Avaliação (CPA); Pesquisador Institucional - Assessoria Técnico-pedagógica (PI); Sala dos Professores; Tecnologia da Informação (TI); Coordenação do Curso de Direito; Coordenação do Curso de Administração; Coordenação do Curso de Ciências Contábeis.
C	08 (oito) Salas de Aula; Biblioteca; Laboratório de Informática; Coordenação do Curso de Pedagogia; Núcleo de Seleção; Atendimento Psicopedagógico; Empresa Júnior e Escritório Contábil; Copa/Cozinha; Sanitários (masculino e feminino).



BLOCO	DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS
D	Sala da Presidência da Fundação Educacional de Anicuns; Secretaria Executiva - Financeiro; Contabilidade; Assessoria Jurídica.

B - Unidade II – é a segunda unidade da Instituição, localizada Km 03 da GO-326, rodovia que dá acesso à cidade de Sanclerlândia. Dispõe de três alqueires, construído prédio com dois pavimentos (inferior e superior), com estrutura de conexão entre os pavimentos com escadarias, segue no quadro 19 abaixo, a descrição da Unidade II, sendo:

Quadro 168 – Infraestrutura física do Faculdade de Anicuns - Unidade II

BLOCO	DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS
Pavimento Inferior	Protocolo; Informação; Tesouraria; Serviços de Reprografia (Fotocopiadora); Secretaria Geral; Sala para Núcleo Docente Estruturante – NDE; Sala para atendimento da Direção Geral; Sala Coordenação Geral de Cursos; Sala para Coordenação; Sala dos Professores; Laboratório de Informática; Sanitários (Masculino e Feminino) Sanitário para PNE; Lanchonete; Área de Convivência; Laboratório de Anatomia; Laboratório Multifuncional; Laboratório de Análises Clínicas - Bioquímica; Laboratório Parasitologia e Imunologia; Laboratório Histologia.
Pavimento Superior	10 Salas de Aula; Biblioteca; Sanitários (Masculino e Feminino); Sanitário para PNE.
Área Externa	Guarita de Segurança; Estacionamento com capacidade superior a 200 (duzentos) carros, devidamente arborizado; 1 campo de futebol society; 1 quadra poliesportiva e



BLOCO	DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS
	1 piscina olímpica.

C - Unidade Mozarlândia – é a terceira unidade da Instituição, localizada à Rua Divonei Assis Peixoto - Santa Mônica, Mozarlândia. Dispõe de prédio com dois pavimentos (inferior e superior), com estrutura de conexão entre os pavimentos com escadarias, segue no quadro 19 abaixo, a descrição da Unidade Mozarlândia, sendo:

Quadro 19 – Infraestrutura física do Faculdade de Anicuns - Unidade Mozarlândia

BLOCO	DESCRIÇÃO DOS ESPAÇOS
Pavimento Inferior	Secretaria Geral; Sala para Coordenação; Sala dos Professores; Laboratório de Informática; Sanitários (Masculino e Feminino) Sanitário para PNE; Área de Convivência; 4 Salas de Aula
Pavimento Superior	4 Salas de Aula; Biblioteca;

8.2 - Centro de Convenções da Faculdade de Anicuns

O Centro de Convenções da Instituição localiza-se na Rua São Paulo, Quadra 05, Setor Jardim Arco Verde. Seu espaço é utilizado pelas comunidades acadêmica e local, de forma geral. Destina-se à realização de Colação de Grau, eventos culturais, e comemorativos, dentre outros aspectos.

O Centro de Convenções possui capacidade para 500 (quinhentas) pessoas sentadas e um palco de 12 x 10 metros, um camarim com sanitários, sala de recepção escritório; almoxarifado; cozinha e 2 (dois) sanitários.

Sua estrutura é composta por guarita de segurança, estacionamento para 70 carros, jardinagem e ao fundo um cenário natural composto por um bosque municipal, tido como área de preservação ambiental.



8.3 – Biblioteca

A Instituição possui duas bibliotecas, instaladas nas Unidades I e II, que prestam serviços aos alunos, professores, funcionários e pesquisadores, além da biblioteca virtual. O acervo das duas bibliotecas é formado por fontes de informação tecnicamente organizadas, possibilitando a transformação da informação em conhecimento.

Os documentos que compõem o acervo priorizam as áreas do conhecimento dos cursos em funcionamento na Instituição, principalmente as bibliografias básicas e complementares, além das áreas afins.

Seu principal objetivo, enquanto biblioteca institucionalizada academicamente é disseminar a informação para a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários), atuando na transformação de cidadãos em profissionais qualificados, bem como, atender à comunidade das proximidades, a fim de exercer o seu papel social de disseminar e democratizar o conhecimento.

8.4 Acervo por área do conhecimento

Os documentos que compõem o acervo priorizam as áreas do conhecimento dos cursos em funcionamento na Instituição, principalmente as bibliografias básicas e complementares, além das áreas afins, segue no Quadro 22, logo abaixo o quantitativo e Áreas do acervo, sendo:

Quadro 17 - Acervo Bibliográfico das Bibliotecas – 2024/2

Área de Conhecimento	Exemplares
Ciências Biológicas	11
Ciências da Saúde	32
Ciências Agrárias	93
Linguística, Letras e Artes	1.931
Ciências Sociais Aplicadas	9.615
Direito	8.297
Administração	547
Ciências Contábeis	771



Área de Conhecimento	Exemplares
Ciências Humanas	4.378
Pedagogia	3.374
História	778
Geografia	226
Novas aquisições sendo catalogadas	318
Total de exemplares	16.378

Fonte: Relatório da Biblioteca, 2024.

Anualmente a Instituição adquirirá livros para compor o acervo bibliográfico dos seus cursos, pois está previsto em seu orçamento verba destinada exclusivamente para tal finalidade. Ver previsão Orçamentária e Financeira, no Capítulo 10 do deste documento.

Anualmente a faculdade de Anicuns adquire livros para compor o acervo bibliográfico dos seus cursos, pois está previsto em seu orçamento verba destinada exclusivamente para tal finalidade.

A instituição possui e renovará contrato com biblioteca virtual devidamente atualizada em todas as áreas disponibilizadas.

a) Espaço físico para estudos

A Biblioteca da Unidade I está instalada no pavimento térreo do Bloco – C e possui uma área total de 200 m², e na Unidade II, possui uma área de 61,07 m². As duas bibliotecas possuem área de acesso a pessoas com deficiências; área para acesso à Internet; área para mesas de leitura em geral e estudos em grupo; sala multimeios; sala para estudo individual; área de armazenamento do acervo bibliográfico e área de administração e processamento técnico.

As instalações apresentam condições adequadas de isolamento acústico, iluminação, ventilação, mobiliário e aparelhagem específica, proporcionando conforto aos usuários e atendendo a todas as condições de salubridade.

b) Horário de funcionamento

A Biblioteca está à disposição de seus usuários no horário das 07h30min às 22horas de segunda a sexta-feira.



8.5 - Laboratórios

A Instituição possui dois (02) Laboratórios de Informática dotados de infraestrutura e recursos modernos, tanto no que se refere às instalações quanto aos recursos de *hardware* e *software*.

Cada laboratório de Informática estará equipado com 40 microcomputadores. Os microcomputadores estarão interligados entre si e conectados à Internet.

a) Horário de funcionamento

O Laboratório funciona no horário das 07h30min às 22h horas de segunda a sexta-feira. Quando os laboratórios não estiverem sendo utilizados com atividades curriculares, serão colocados à disposição dos alunos para pesquisa na Internet, confecção de trabalhos e outras atividades acadêmicas.

b) Instalações e equipamentos existentes

Cada Laboratório de Informática conta com 40 computadores em cada um dos laboratórios, sendo o total de 80 computadores.

c) Recursos de informática disponíveis:

Programa para o Núcleo de Prática Contábil
Escolar Manager – online.

d) Recursos tecnológicos e de audiovisual:

03 Datashow individual móvel;
03 Salas de aula com Lousa Digital completa;
01 Lousa Digital completa no auditório;
20 Salas com Datashow fixo.

Consideram-se os recursos tecnológicos e de audiovisual como ferramentas imprescindíveis para a qualidade e rapidez dos serviços prestados pela instituição, a toda comunidade acadêmica e externa. Como exemplo: todos os registros acadêmicos e os documentos institucionais, as inscrições aos processos de seleção, controle financeiro, matrículas, acesso ao acervo das bibliotecas das duas Unidades que estão integrados.

O setor de Tecnologia da Informação (TI) gerencia o site da Instituição, que divulgará



as informações educacionais para toda a comunidade.

Para o acesso à *internet*, os alunos serão cadastrados na biblioteca e receberão uma senha que os possibilitarão a acessarem o acervo bibliográfico disponível.

8.6 - Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Diferenciado a Pessoas com Necessidades Especiais

As condições de acessibilidade para os alunos portadores de deficiência física, são implantadas e acompanhadas pela Instituição, com colaboração do Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP, e apresenta as seguintes condições de acessibilidade: Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas e instalações de Piso Tátil para orientação de cegos); Vagas reservadas no estacionamento; Rampa de entrada no prédio com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas; Portas e banheiros adaptados com espaços suficientes para permitir o acesso de cadeiras de rodas; Cadeiras para obeso; Barras de apoio nas paredes dos banheiros; Lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

Em relação aos alunos portadores de deficiência visual, da Instituição, desde o acesso até à conclusão do curso, proporcionará sala de apoio contendo: máquina de datilografia Braile; impressora Braile acoplada a computador; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; equipamentos para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas; régua de leitura; scanner acoplado ao computador; e acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braile.

a) Objetivos

- Zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes, nas ações, atividades e projetos do Faculdade de Anicuns;
- Implementar ações continuadas de inclusão social das pessoas com deficiência, de forma a lhes permitir o pleno exercício da cidadania no âmbito do Faculdade de Anicuns;
- Incorporar transversalmente os conceitos e princípios da acessibilidade em todas as ações, projetos, processos de trabalhos e aquisições;
- Permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos ambientes, serviços e



recursos materiais disponíveis na Faculdade, eliminando barreiras físicas e arquitetônicas;

- Facilitar o acesso das pessoas com deficiência aos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, eliminando barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação, compreensão e robustez daqueles meios;
- Promover ações de capacitação de funcionários, para que possam conhecer e adotar novas práticas e tecnologias, a fim de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência;
- Promover ações de sensibilização do corpo acadêmico- administrativo, difundindo uma cultura de inclusão na Instituição e contribuindo para eliminar o preconceito, a discriminação e outras barreiras atitudinais;
- Avaliar periodicamente o desempenho das ações inclusivas implementadas na Faculdade de Anicuns, adotando, se necessário, as medidas preventivas e corretivas cabíveis;
- Divulgar as ações realizadas pela Instituição para promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência.

b) Ações

2. Planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor;
3. Monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência;
4. Provimento destes serviços e recursos em todas as atividades acadêmicas e administrativas;
5. Disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras;
6. Adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento na instituição;
7. Adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual;
8. Aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas e demais recursos de tecnologia



assistiva;

9. Formação de profissionais para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e para o uso dos recursos de tecnologia assistiva, da Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros códigos e linguagens.

8.7 - Cronograma de expansão para o período de vigência do PDI

Cronograma de Expansão da Infraestrutura física para o Período de Vigência do PDI, consta, anexada, planta baixa da reestruturação predial da Instituição, a Unidade I e Unidade II.



CAPÍTULO IX - AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional da Faculdade de Anicuns está elaborado segundo os ciclos avaliativos, e sempre que necessário será atualizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em atendimento à Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e criou a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), e à Portaria MEC N. 2.051, de 09 de julho de 2004 e, ainda, a Nota Técnica N. 65 de 9 de outubro de 2014.

No contexto do SINAES, a autoavaliação é percebida como um processo contínuo por meio do qual a Instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Constitui-se em condição básica para o necessário aprimoramento do planejamento da gestão da Instituição, uma vez que propicia a constante reorientação de suas ações.

Para o Faculdade de Anicuns a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resultará uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência, dos membros da comunidade acadêmica, de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e para o futuro.

Para desenvolver o processo de autoavaliação, a Faculdade de Anicuns assume como postulados, além da democracia institucional, da liberdade nas ações e ética no fazer, da articulação dialógica entre qualidade e quantidade e da sensibilidade institucional para mudança, os seguintes princípios norteadores:

- a) Globalidade - avaliação de todos os elementos que compõem a Instituição;
- b) Comparabilidade - a busca de uma padronização de conceitos e indicadores;
- c) Respeito à identidade da Instituição - consideração das características próprias da Instituição;
- d) Legitimidade - adoção de metodologias e construção de indicadores capazes de conferir significado às informações, que devem ser fidedignas;
- e) Reconhecimento - por todos os agentes, da legitimidade do processo avaliativo, seus princípios norteadores e seus critérios.

Adicionalmente, são pressupostas algumas condições fundamentais, a saber: equipe de



coordenação (CPA); participação dos integrantes da Instituição; compromisso explícito dos gestores do Faculdade de Anicuns, em relação ao processo avaliativo; informações válidas e confiáveis.

Maiores detalhes sobre este processo como, objetivos, eixos avaliativos, instrumentos avaliativos, formas de tratamento de dados e informações, periodicidade, formas de participação da comunidade, constituição da CPA, dentre outros itens, estão descritas no Projeto de Avaliação Institucional da Instituição.

9.1. Formas de utilização dos resultados das avaliações

O Relatório de Autoavaliação Institucional elaborado pela CPA, segundo os ciclos avaliativos de cada ano, permite a instituição a utilizar de seus resultados para:

1. Delinear metas e ações futuras tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica;
2. Subsidiar o planejamento estratégico e a gestão da Faculdade de Anicuns (gerando conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da Instituição, em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços ofertados na educação superior;
3. Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e/ou carências;
4. Contribuir para o aumento da consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo;
5. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
6. Tornar mais efetiva a vinculação da Instituição com a comunidade.



CAPÍTULO X - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - Estratégias de gestão econômico-financeira

A Fundação Educacional de Anicuns, mantenedora da Instituição, conta com os recursos financeiros e orçamentários provenientes das mensalidades pagas pelos estudantes. No sentido de ampliar sua clientela e gerir receita suficiente para custear as despesas institucionais, a instituição participa de programas de incentivos como o da OVG do Estado de Goiás, estabelecimentos de convênios e parcerias com prefeituras, organizações comerciais entre outras para captação de recursos financeiros.

Dentre eles podem se destacar os seguintes:

1. Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) – Programa Bolsa Universitária, que atende quase 50% do alunado. A OVG tem assumido o compromisso de pagar parte do valor da mensalidade, conforme o contrato entre a OVG e o aluno, ficando a outra parte sob a responsabilidade do aluno contemplado com a bolsa;
2. Prefeitura Municipal de Anicuns e Fundação Educacional de Anicuns – oferecem bolsas de estudos para estudantes carentes, com descontos no valor da mensalidade que variam de 25 a 100%. Também são beneficiados os portadores de diploma, que variam de 10 a 40% sobre o valor da mensalidade;
3. Acordos com outras Prefeituras – cooperação com as prefeituras de Inhumas, Adelândia, Americano do Brasil, Avelinópolis e Cidade de Goiás para transporte de alunos sob as responsabilidades das prefeituras conveniadas e, em contrapartida, os alunos são beneficiados com descontos nas mensalidades.

10.2 - Planos de Investimento 2024-2028

A Instituição implantará, com certeza, novos cursos de graduação e de pós-graduação. Dessa forma, os investimentos previstos estão relacionados à ampliação da infraestrutura física e acadêmica para atender à proposta de expansão dos cursos, conforme apresentado no Item específico sobre Infraestrutura neste PDI.

Os investimentos também estão direcionados para a aquisição do acervo bibliográfico específico dos novos cursos, assim como, a sua expansão e constante atualização; para a expansão dos equipamentos de informática e dos recursos tecnológicos e de audiovisual e, para



os laboratórios específicos dos novos cursos.

A Instituição prevê, ainda, recursos para investimento na capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, nas políticas de pesquisa e extensão, e na avaliação institucional.

Na previsão orçamentária para os próximos cinco (5) anos apresentada no Item “Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução” do PDI referente ao período de 2018 a 2022, estão identificados os valores, em reais, que serão utilizados para a realização dos planos de investimento apresentados pela Instituição, segue no item 10.3 nas páginas seguintes.

10.3 - Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução (Cinco Anos)

Apresentamos a seguir o demonstrativo de cronograma de execução da sustentabilidade financeira para o período do PDI (2024-2028) pautado em 13 macro ações que englobam o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmico-administrativa.

Demonstrativo e Cronograma de Execução da Sustentabilidade Financeira, 2024-2028.

Ação	Objetivo	Total R\$	2024 R\$	2025 R\$	2026 R\$	2027 R\$	2028 R\$
1. Qualificação do ensino de graduação	Oferecer à população ensino superior de qualidade.	1.503.000,00	69.000,00	184.000,00	342.000,00	454.000,00	454.000,00
2. Qualificação do ensino de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>	Qualificar a população com ensino de pós-graduação lato e stricto sensu de excelência.	974.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00	337.000,00	337.000,00
3. Promoção e desenvolvimento da pesquisa	Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida por meio da produção e socialização do conhecimento científico e cultural.	856.000,00	49.000,00	92.000,00	115.000,00	300.000,00	300.000,00
4. Promoção e desenvolvimento da extensão	Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida por meio da produção e socialização do conhecimento científico e cultural.	1.548.000,00	39.000,00	74.000,00	343.000,00	546.000,00	546.000,00
5. Ampliação e consolidação de bibliotecas e laboratórios	Modernizar laboratórios e bibliotecas, adequados a produção do ensino, da pesquisa e da extensão.	6.352.000,00	1.274.000,00	1.470.000,00	1.428.000,00	1.090.000,00	1.090.000,00
6. Execução de obras	Garantir infraestrutura física adequada ao desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.	33.589.000,00	1.489.000,00	5.600.000,00	9.300.000,00	9.300.000,00	7.900.000,00



7. Investimento de modernização mobiliário, equipamentos e tecnologia	Dotar a Faculdade de mobiliário, equipamento e recursos tecnológicos adequados à produção do ensino, da pesquisa e da extensão.	3.616.500,00	1.259.500,00	331.000,00	572.000,00	727.000,00	727.000,00
8. Gestão de desenvolvimento institucional	Garantir recursos e meios ao desenvolvimento da gestão institucional do ensino, da pesquisa e da extensão	1.351.000,00	83.000,00	156.000,00	314.000,00	399.000,00	399.000,00
9. Promoção de desenvolvimento de programa próprio de bolsas para discentes, capacitação do corpo docente e técnico-administrativo	Garantir programas próprios de fomento às atividades acadêmicas de discentes, para capacitação dos docentes e dos técnicos administrativos da Faculdade de Anicuns.	6.773.000,00	514.000,00	789.000,00	1.288.000,00	2.091.000,00	2.091.000,00
10. Apoio administrativo, assistência técnico-jurídica, honorários e serviços	Garantir recursos para suprir as despesas com assistência técnico-jurídica, honorários e serviços.	22.920.000,00	620.000,00	1.100.000,00	1.700.000,00	2.100.000,00	2.100.000,00
11. Salário de pessoal	Proporcionar meios para que o Faculdade de Anicuns possa consolidar-se, dotando-a de pessoal e garantindo sua remuneração.	114.500.000,00	12.200.000,00	18.500.000,00	24.600.000,00	29.600.000,00	29.600.000,00
Total		178.481.500,00	17.645.500,00	28.346.000,00	40.002.000,00	46.944.000,00	45.544.000,00



ANEXO 1 – Nominata dos Docentes da FACULDADE DE ANICUNS ano 2024

NOMINATA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

DOCENTE	TITULAÇÃO	CURRÍCULO LATTES
Adriana de Moura Bueno Sá	Especialista	http://lattes.cnpq.br/0611871123668992
Alexandre Marcorio	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2942881591298875
Nilson Pinto	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2536403325215861

NOMINATA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DOCENTE	TITULAÇÃO	CURRÍCULO LATTES
Antônio Ferreira de Castilho Neto	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4057782550921092
Arielle Machado da Costa	Especialista	http://lattes.cnpq.br/6117496435635497
Cláudio Aparecido de Castro	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4414145826038091
Estella Oliveira Barbosa Fernandes	Especialista	http://lattes.cnpq.br/9621423685616067
José Ubiratan Costa Junior	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2357814859809719
Lilian Rosa da Silva	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4262251840140098

NOMINATA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO

DOCENTE	TITULAÇÃO	CURRÍCULO LATTES
Andrea Christina de Lima Tavares	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3171897433773155
Antônio Henriques Lemos L. Filho	Mestre	http://lattes.cnpq.br/8164273464503698
Cintia Elaine Torrano Albiati	Mestre	http://lattes.cnpq.br/0591382948473601
Cláudia Pimenta Leal	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4265971896426294
Cristiano Soares Pinto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3110657080349047
Demisley Ferreira de Souza Girão	Mestre	http://lattes.cnpq.br/9714050035108232
Diorgenes de Castro F. Rodrigues	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4105739085811059
Éden Farias Vaz	Doutor	http://lattes.cnpq.br/0540168910706283
Eduardo Henrique Batista Bezerra	Especialista	http://lattes.cnpq.br/7036165504933606
Fabrcio Wantoil Lima	Doutor	http://lattes.cnpq.br/8773334060667787
Juliana Vieira Borges Matos	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2234026511541497
Lauriana Camargo Oliveira	Especialista	http://lattes.cnpq.br/1479145905381533
Luciano Belina	Especialista	http://lattes.cnpq.br/9892651899728344
Luizmar Vieira da Silva Júnior	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3879839812461166
Pedro Paulo Coelho de Souza	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4773634565962151
Renato Batuíra Ribeiro Pinto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1220434230908505
Ronney Francisco Miranda	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1958258366797767
Thays Lorranny M. da Silva	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5266461772165349
Wandelmir Alves Marcelino	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5150321175113791
Watson Marques Vieira	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3489337231883206
Weverton Vinicius Lopes Pereira	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2675009000761838

NOMINATA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE ENFERMAGEM

DOCENTE	TITULAÇÃO	CURRÍCULO LATTES
Amanda Maria de Sousa Romeiro	Mestre	http://lattes.cnpq.br/6557451748241531
Cairo Vinicius Guimarães Miranda	Especialista	https://lattes.cnpq.br/1873139468486653
Camila Maria de Azevedo	Especialista	http://lattes.cnpq.br/8561439313343511
Emerson Braz Ferreira	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4982814996453763
Flávia Meiry Pereira	Especialista	https://lattes.cnpq.br/4999829402188306
Idari Francisco de Oliveira Netto	Especialista	https://lattes.cnpq.br/8192035308958049
Isabela Cristina da Silva	Mestre	http://lattes.cnpq.br/8530878250975018
João Gabryel Dornelles da Costa	Especialista	http://lattes.cnpq.br/4236445822860431
João Lucas Dornelles da Costa	Especialista	http://lattes.cnpq.br/0728416399948127
Luara de Sousa Magalhães	Especialista	http://lattes.cnpq.br/7892895632151884



Luciana Filício Jeronimo	Especialista	https://lattes.cnpq.br/0728416399948127
Milton Junio Candido Bernardes	Doutor	http://lattes.cnpq.br/2529412283511540
Paula Soares dos Santos	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1300357243869326
Sônia Maria Gomes Araújo	Mestre	https://lattes.cnpq.br/9579903016530845
Vanessa Soares da Silva	Doutora	http://lattes.cnpq.br/4571767210255088

NOMINATA DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE PEDAGOGIA

DOCENTE	TITULAÇÃO	CURRÍCULO LATTES
Divina Andréia de Paula Vieira	Especialista	http://lattes.cnpq.br/1175248651412678
Keite Guimarães Borges Fioravante	Especialista	http://lattes.cnpq.br/0136917523588288
Sebastião Lopes da Silva Júnior	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5991403081719294
Sônia Maria Gomes Araújo	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3202419797977162
Gleudson de Oliveira Moreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/8580934621971739
Ana Paula Diniz Rocha	Especialista	http://lattes.cnpq.br/8205785358536898



ANEXO 2 – Nominata dos Técnicos Administrativos – FEA e Faculdade de Anicuns ano de 2024

SERVIDOR	FORMAÇÃO
Antônio Alves Pereira	Superior
Bruna Suyane Graciano Valadão	Superior
Carlos Alves da Silva	Superior
Cleosmira Maria Roque	Superior
Divina Eterna de Lima Araújo	Superior
Divino Josimar do Nascimento	Superior
Eliane Lopes Ferreira	Superior
Ilcio Almeida Barbosa	Superior
Jeferson Alves Lemes	Superior
Joana Darc Batista Silva	Médio
Joana Darc dos Santos Ferreira	Médio
Larissa Dias Borges Siqueira	Superior
Márcia Aparecida de Souza	Superior
Marco Antônio Araújo	Superior
Maria do Carmo de Jesus	Médio
Meiri Cristina de Carvalho	Superior
Nelma de Fátima Machado de Oliveira	Superior
Nicanor José de Souza	Superior
Pollyana do Nascimento	Superior
Rhanna Gabriela A. M. Cantarelle Borges	Superior
Rosangela Antônia Cezário Silva	Superior
Rosimeire Custódio Sobrinho	Superior
Roziane dos Santos da Silva Moura	Superior
Rozildo Corral Ruys	Médio
Simone Correa de Lima	Superior
Simone Maria de Lima Santos	Superior
Suede Mendonça Alves Canuto	Superior
Valdirene Maria Machado de Freitas	Superior
Welliton Lemes Peixoto	Superior
Weuder Vieira de Souza	Superior